DIÁRIO OFICIAL

DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, sexta-feira, 28 de fevereiro de 1986 — ANO X — Nº 40

SUMÁRIO

	PÁGINA
ATOS DO GOVERNADOR	1
GABINETE MILITAR	11
SECRETARIA DO GOVERNO	11
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	12
SECRETARIA DE FINANÇAS	13
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	13
SECRETARIA DE SAÚDE	13
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS	14
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	14
PROCURADORIA GERAL	15
TRIBUNAL DE CONTAS	15
EDITAIS AVISOS E DECLARAÇÕES	17

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 9.295 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1986

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 983.276.000 (novecentos e oitenta e três milhões, duzentos e setenta e seis mil cruzeiros), a dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.426, de 17 de dezembro de 1985, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista o que consta no Processo nº 030.001922/86,

DECRETA:

Art. 1º — Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras o crédito suplementar no valor de Cr$ 983.276.000 (novecentos e oitenta e três milhões, duzentos e setenta e seis mil cruzeiros) na seguinte dotação orçamentária:

19001.10070212.048 — Desenvolvimento das Atividades Viárias, Imobiliárias, de Arquitetura e Urbanismo e de Edificações.

000 - 3132.00 — Outros Serviços e Encargos 983.276.000

Art. 2º — O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo Superávit Financeiro do exercício de 1985.

Art. 3º — O valor a que se refere o presente Decreto integrará as Cotas Trimestrais de Despesa vigentes, sendo Cr$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros) e Cr$ 483.276.000 (quatrocentos e oitenta e três milhões, duzentos e setenta e seis mil cruzeiros), no 1º e 2º trimestres respectivamente.

Art. 4º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1986
98º da República e 26º de Brasília

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ CARLOS MELLO

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

(Republicado por haver saído com incorreção do original, no DODF de 27.02.86).

DECRETO Nº 9.304, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

Autoriza a doação de bens móveis à Fundação Hospitalar do Distrito Federal — FHDF, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, tendo em vista o disposto no artigo 1º da Lei nº 6.267, de 24 de novembro de 1975 e o que consta do Processo nº 040.006.564/85,

DECRETA:

Art. 1º — Fica autorizada a doação à Fundação Hospitalar do Distrito Federal — FHDF, entidade vinculada à Secretaria de Saúde, dos bens relacionados no Anexo a este Decreto.

Art. 2º — A doação a que se refere o artigo anterior é feita com plena liberdade de uso, gozo e destinação.

Art. 3º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986.

98º da República e 26º de Brasília.

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

ALBERTO HENRIQUE BARBOSA

Anexo ao Decreto nº 9.304 , de 28 de fevereiro de 1986

TOMBAMENTO	ESPECIFICAÇÃO
07.538-GDF	Máquina de somar, elétrica, modelo MC-22E, fab. 228118, marca OLIVETTI.
338-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-4202605, marca REMINGTON.
640-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-5048682, marca REMINGTON.
691-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-5048980, marca REMINGTON.
956-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-5048792, Marca REMINGTON.
957-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-5048617, marca REMINGTON.
3.894-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-4204289, Marca REMINGTON.
4.177-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-4204175, marca REMINGTON.
7.114-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-4086382, marca REMINGTON.
7.165-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-4114476, marca REMINGTON.
7.177-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-4093249, marca REMINGTON.
7.232-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ-4203724, marca REMINGTON.
7.233-GDF	Máquina de escrever, manual, fab.BJ-4203813, marca REMINGTON.
7.239-GDF	Máquina de escrever, manual, fab.BJ-4204130, marca REMINGTON
7.240-GDF	Máquina de escrever, manual, fab.BJ-4204278, marca REMINGTON.

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 3º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas, sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

— As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.

— Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.

— As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.

Os suplementos às edições serão vendidos, separadamente, na Seção de Distribuição, no 3º andar, sala 313, do Anexo do Buriti.

— Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal Editado pela Divisão de Divulgação da SEA.

EXPEDIENTE
DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 3º andar
Composição e impressão nas oficinas do "Jornal de Brasília"

TELEFONES:

REDAÇÃO: Direto: 225-7803
PABX - 225-6830 - Ramal 312

OFICINAS - Direto - 226-4357
PABX - 225-2515 - Ramal 171

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES
Anual ..... Cr$ 130.000
Semestral ..... Cr$ 65.000

FUNCIONÁRIOS

Anual ..... Cr$ 75.000
Semestral ..... Cr$ 38.000

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido da taxa respectiva.

MATÉRIA PAGA

Página inteira ..... Cr$ 1.136.768
Por centímetro de coluna ..... Cr$ 17.762

NÚMERO AVULSO

O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.

— O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

TOMBAMENTO	ESPECIFICAÇÃO
7.380-GDF	Máquina de escrever , mod. 21-D-10, fab. BJ-5013625, marca REMINGTON.
7.383-GDF	Máquina de escrever, manual, fab.BJ-5031680, marca REMINGTON.
7.629-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. 597704 , marca OLIVETTI.
7.767-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. 776553 , marca OLIVETTI.
7.770-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. 776558 , marca OLIVETTI.
13.163-GDF	Máquina de escrever, manual, fab.BJ-4204516, marca REMINGTON.
13.393-GDF	Máquina de escrever, manual, fab. BJ.5063992 marca REMINGTON.
16.025-GDF	Máquina de escrever, manual, fab.BJ-5074021, marca REMINGTON.
41.537	Máquina de escrever, manual, nº A-516865 , marca OLIVETTI LINEA 88".
42.641	Máquina de escrever, manual, nº A-482411 , marca OLIVETTI LINA 88".
13.464-GDF	Máquina de escrever, fab. BJ-5063681, marca REMINGTON.
29.683-GDF	Máquina de escrever, fab. 221768, marca OLIVETTI.
27.456-GDF	Máquina de escrever, elétrica, Tekne-4, fab. 6567632, Marca OLIVETTI.
29.926-GDF	Máquina de escrever, elétrica, Tekne-4, 6578381, marca OLIVETTI.
32.189-GDF	Máquina de escrever, elétrica, Tekne-4, fab. 6588850, marca OLIVETTI.
25.627-GDF	Máquina de escrever, elétrica, fab. 295561, marca OLIVETTI.
34.113	Máquina de escrever, elétrica, Tekne-4, nº 6583803, marca OLIVETTI.
69.107	Máquina de escrever, elétrica, carro de 46 cm, tabulador decimal, ref. Tekne-4, série 6638360, marca OLIVETTI.
41.515	Máquina calculadora, BURROUGHS, estilo C-5155, nº 109.041
41.558	Máquina calculadora OLIVETTI MULTISUMMA, nº A-6153986.
41.598	Máquina calculadora OLIVETTI MULTISUMMA, nº A-6153771.
41.603	Máquina calculadora OLIVETTI MULTISUMMA, nº A-6153887.
41.630	Máquina calculadora OLIVETTI MULTISUMMA, nº A-6154105.
41.631	Máquina calculadora OLIVETTI MULTISUMMA, nº A-6153417.
41.633	Máquina calculadora OLIVETTI MULTISUMMA, nº A-6153469.
51.412	Máquina calculadora, eletrônica, impressora, equipada com pertences, marca C.ITOH, modelo CI-12-P, nº de fab. 760825.
51.455	Máquina de calcular, eletrônica, impressora, equipada com pertences, marca C.ITOH, modelo CI-12-P, nº de fab. 760832.
51.457	Máquina de calcular, eletrônica, impressora, com visor, equipada com pertences , marca C.ITOH, modelo CI-14-PD, nº de fab. 760060.
12.644-GDF	Cadeira giratória, mod. 5.572, marca GIROFLEX.
83.074	Ventilador de pedestal, com hélice de 16" (40 cm) de diâmetro, altura regulável , 02 velocidades, para 220 volts, 50/60 ciclos, modelo 1058, marca FAET.

DECRETO Nº 9.305, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

Aprova as Tabelas de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para o Primeiro Semestre de 1986 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam aprovados os valores das anexas Tabelas de Etapas, dos Complementos da Ração Comum e dos Quantitativos das Rações Operacionais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, organizadas de conformidade com o que preceituam os artigos 69, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e 81, da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973.

Art. 2º — O pagamento dos valores constantes das tabelas, referidas no artigo anterior, obedecerá às instruções de que trata o artigo 2º, do Decreto nº 2.384, de 28 de setembro de 1973, alteradas pelos Decretos nº 2.790, de 13 de dezembro de 1974 e, nº 5.442, de 09 de setembro de 1980.

Art. 3º — Os casos omissos nas Instruções a que se refere o artigo anterior, a Corporação interessada orientar-se-á pelas Instruções de que trata o Decreto nº 92.108, de 10 de dezembro de 1985.

Art. 4º — O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 1986, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

98º da República e 26º de Brasília

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

TABELA DE ETAPAS DA POLÍCIA MILITAR E DO CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL PARA O CUSTEIO DA RAÇÃO COMUM PARA O 1º SEMESTRE DE 1986

ETAPA COMUM	PARTES					TIPOS		
	FIXA	VARIÁVEIS						
	QUANTITATIVO DE SUBSISTÊNCIA	QUANTITATIVO DE RANCHO	REFORÇO DE RANCHO	QUANTITATIVO DE RANCHO MAJORADO	REFORÇO DE RANCHO MAJORADO	I	II e III	IV
	b	c	d	e	f	a	g	h
	3a/4	a/4	b/2		3b/4	b+c	b+d b+e	b+f
	17.057	5.686	8.528		12.793	22.743	25.585	29.850

TABELA DOS COMPLEMENTOS DA RAÇÃO COMUM E DO QUANTITATIVO DAS RAÇÕES OPERACIONAIS PARA O 1º SEMESTRE DE 1986

	A) COMPLEMENTO ESCOLAR	
PMDF	CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES	6.822
PMDF	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES	6.822
PMDF	CURSO SUPERIOR DE POLICIAL MILITAR CSPM	
PMDF	CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS POLICIAIS MILITARES	
PMDF	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS POLICIAIS MILITARES	
PMDF	CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS E SOLDADOS POLICIAIS MILITARES	
PMDF	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E DE EXTENSÃO DE PM!	
CBDF	CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES	6.822
CBDF	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITARES	6.822
CBDF	CURSO SUPERIOR DE BOMBEIRO MILITAR CSBM	
CBDF	CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS BOMBEIROS MILITARES	
CBDF	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS BOMBEIROS MILITARES	
CBDF	CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS E SOLDADOS BOMBEIROS MILITARES	
CBDF	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E DE EXTENSÃO DE BM	

	B) COMPLEMENTO HOSPITALAR	
PMDF —— CBDF	— DOENTES SOB REGIME HOSPITALAR	2.274

	C) COMPLEMENTO ESPECIAL	
PMDF	— ORGANIZAÇÕES DE POLICIAIS — MILITARES	1.234
CBDF	— ORGANIZAÇÕES DE BOMBEIROS — MILITARES	

	D) COMPLEMENTO REGIONAL			
PMDF	— ORGANIZAÇÕES DE POLICIAIS — MILITARES	(40%)	4.664	11662
PMDF	— DIRETORIA DE FINANÇAS	(60%)	6.997	
CBDF	— ORGANIZAÇÕES DE BOMBEIROS — MILITARES	(40%)	4.664	11662
CBDF	— DIRETORIA DE FINANÇAS	(60%)	6.997	

E) QUANTITATIVO DAS RAÇÕES OPERACIONAIS	
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	454
CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	

ANEXO AO DECRETO Nº 9.305, DE 28 DE fevereiro DE 1986

DECRETO Nº 9.306 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

Prorroga prazos estipulados no Decreto nº 9.268, de 13 de fevereiro de 1986,

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

considerando as profundas mudanças decorrentes da reformulação da política econômica do país;

considerando, também, a necessidade de avaliar os reflexos que essas mudanças podem ter na operação do Caixa Único do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal,

DECRETA:

Art. 1º — Ficam prorrogados por até 30 dias os prazos de que tratam os artigos 21 e 22 do Decreto nº 9.268, de 13 de fevereiro de 1986.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

98º da República e 26º de Brasília

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ ROBERTO ARRUDA

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar EVANDRO ALVES DE QUEIROZ, Motorista Oficial, Código TP-601.C, matrícula nº 01.299-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do cargo em comissão de Secretário Executivo, Código DAS-102.1, do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960.

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o Capitão PM PAULO CESAR GAMA FONTANA, da Polícia Militar do Distrito Federal, da Função de Adjunto de Informações do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal, a contar de 28.02.86.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, o Capitão PM PAULO CÉSAR ALVES DOS SANTOS, da Polícia Militar do Distrito Federal, da Função de Adjunto de Segurança do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, o Capitão QOPM ANTÔNIO MAURI DE OLIVEIRA, da Polícia Militar do Distrito Federal, da Função de Adjunto de Informações do Serviço de Segurança, do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar o Capitão PM ASSIS BRASIL COELHO SALDANHA, da Polícia Militar do Distrito Federal, para exercer a Função de Adjunto de Infor-

nações do Serviço de Segurança, do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Capitão PM PAULO ENIO GARCIA DA COSTA, da Polícia Militar do Distrito Federal, para exercer a Função de Adjunto de Informações do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear o Capitão PM FERNANDO JOSÉ DE QUEIRÓZ, da Polícia Militar do Distrito Federal, para exercer a Função de Adjunto de Segurança do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear IRANI MARIA FICHE MUNIZ, Agente Administrativo, Código SA-401.S, matrícula nº 18.591-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Secretaria Executiva, Código DAS-102.1, do Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

Secretaria de Educação e Cultura

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DISPENSAR CRISTINA SGANZERLA, da Função de Confiança, Código LT-DAS-101.4, de Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

FÁBIO VIEIRA BRUNO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA MARTA CINTRA, para exercer a Função de Confiança, Código LT-DAS-101.4, de Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

FÁBIO VIEIRA BRUNO

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e, considerando o que consta do Processo nº 031.246/70,

RESOLVE:

Rever os proventos do Soldado BM — ALOIZIO DOS SANTOS, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a partir de 30 de janeiro de 1973, que passam a ser constituídos do soldo integral de sua graduação e gratificações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos 137, alíneas **a** e **b**; 140, alínea **a**; 146, alínea **d**; e, 148, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, por ter sido considerado definitivamente incapaz para todo e qualquer serviço e atendendo determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 600.690/71,

RESOLVE:

Rever os proventos do Soldado BM — BENEDICTO BISPO DOS SANTOS, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a partir de 14 de agosto de 1985, que passam a ser constituídos do soldo integral de sua graduação, acrescidos das gratificações incorporáveis a que fizer jus e adicional de inatividade, nos termos dos artigos 92, incisos I e III; 94, incisos I e II; 103, incisos I e II; 104, inciso IV, da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973 e, artigo 107, inciso III, desta Lei, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 1.716, de 21 de novembro de 1979, por ter sido julgado incapaz para todo e qualquer serviço, sem poder prover os meios de subsistência.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 607.709/72,

RESOLVE:

Alterar o Decreto de 11 de abril de 1984, que reviu os proventos do Soldado BM — SEBASTIÃO DA SILVA RIO, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a partir de 12 de setembro de 1983, que passam a ser referidos ao soldo integral de sua graduação e gratificações incorporáveis a que fizer jus, acrescidos do auxílio-invalidez e adicional de inatividade, nos termos dos artigos 92, incisos I, II e III; 94, incisos I e II; 103, incisos I e II; 104, inciso IV; 106, inciso II, parágrafo 4º, da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973 e, o artigo 107, inciso III, desta Lei, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 1.716, de 21 de novembro de 1979, por ter sido julgado incapaz para todo e qualquer serviço, sem poder prover os meios de subsistência, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização, e, atendendo determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, considerando o que consta do Processo nº 012.937/70,

RESOLVE:

Alterar o Decreto de 28 de agosto de 1984, que reviu os proventos do Soldado BM — MANOEL MATIAS SANTOS, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a contar de 06 de junho de 1984 que passam a ser referidos ao soldo integral de sua graduação e gratificações incorporáveis a que fizer jus, acrescidos de auxílio-invalidez e adicional de inatividade,nos termos dos artigos 92,incisos I, II e III; 94, incisos I e II; 103, incisos I e II; 104, inciso IV; 106, inciso II, parágrafo 4°, da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973 e, o artigo 107, inciso III, desta Lei, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 1.716, de 21 de novembro de 1979, por ter sido julgado incapaz para todo e qualquer serviço, sem poder prover os meios de subsistência, necessitando de cuidados permanentes de enfermagens ou hospitalização e, atendendo determinação do Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, considerando o que consta do Processo nº 039.934/70,

RESOLVE:

Alterar o Decreto de 21 de agosto de 1985, que reviu os proventos do Subtenente BM — NELSON COTRIM RODRIGUES, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, a contar de 05 de setembro de 1974, que passam a ser constituídos do soldo integral de sua graduação e gratificações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos 94, incisos I e II; 103, incisos I e II e 104, inciso IV, da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973, acrescidos da diária de asilado, de acordo com os artigos 146, alínea **d** e 148, da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, desde a data em que deixou de perceber, por ter sido considerado incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, sem poder prover os meios de subsistência e, atendendo decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal, confirmada pelo acórdão nº 16.900, de 25 de outubro de 1979.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, considerando o que consta do Processo nº 122.063/74,

RESOLVE:

Reformar, **ex officio**, o Cabo PM da Reserva Remunerada RAIMUNDO FERREIRA DO NASCIMENTO, da Polícia Militar do Distrito Federal, a partir de 24 de outubro de 1983, na mesma graduação, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, acrescidos das gratificações incorporáveis a que fizer jus e adicional de inatividade, nos termos dos artigos 90, inciso II, da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974 e, o artigo 101, inciso I, alínea **c**, desta Lei, com a nova redação dada pelo artigo 2°, da Lei nº 6.547, de 04 de julho de 1978, combinado com os artigos 93, itens 1 e 3; 94, itens 1 e 2; 96, item 2; 99, parágrafo único; 103, itens 1 e 2, parágrafo único; 105, parágrafo único, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970 e, o artigo 107, item 3, desta Lei, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 1.716, de 21 de novembro de 1979, por ter atingido a idade-limite de permanência na reserva remunerada.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, considerando o que consta do Processo nº 121.318/74,

RESOLVE:

Reformar, **ex officio**, o Soldado PM da Reserva Remunerada — ELZIO SIQUEIRA, da Polícia Militar do Distrito Federal, a partir de 04 de outubro de 1985, na mesma graduação, com proventos constituídos de tantas cotas de soldo quantos forem os anos de serviço e gratificações incorporáveis a que fizer jus, acrescidos do adicional de inatividade, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso VI; 99, inciso I, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinado com os artigos 93, itens 1 e 3; 94, itens 1 e 2; 96, item 2; 99 parágrafo único; 103, itens 1 e 2, parágrafo único; 105, parágrafo único, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970 e, o artigo 107, item 3, desta Lei, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 1.716, de 21 de novembro de 1979, por ter sido considerado incapaz definitivamente para o serviço policial-militar.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o parágrafo único do artigo 89, da Lei nº 6.022, de 03 de janeiro de 1974 e, considerando o que consta do Processo nº 053.000.531/85,

RESOLVE:

Reformar, **ex officio**, o Terceiro-Sargento BM — DOMINGOS JOSÉ BATISTA, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos referidos ao soldo integral de sua graduação, acrescidos das gratificações incorporáveis a que fizer jus e adicional de inatividade, nos termos dos artigos 89, inciso II; 96; 97, inciso II; 99, inciso II da Lei nº 6.022, de 03 de janeiro de 1974 e, de acordo com os artigos 95, inciso II e 104, inciso II, da Lei nº 5.906,de 23 de julho de 1973 e,artigos 92,incisos I,III e IV;94,incisos I e II; 103, parágrafo único; 107, incisos I, II, alínea **c**, desta Lei, com a nova redação dada pela Lei nº 7.435, de 19 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, por doença adquirida em acidente em serviço, comprovada por Inquérito Sanitário de Origem.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e, considerando o que consta do Processo nº 121.485/74,

RESOLVE:

Reformar, **ex officio**, o Soldado PM da reserva remunerada, INÁCIO RIBEIRO DA SILVA, da Polícia Militar do Distrito Federal, a partir de 30 de março de 1982, na mesma graduação, com proventos proporcionais ao tempo de serviço e gratificações incorporáveis a que fizer jus, acrescidos do adicional de inatividade, nos termos dos artigos 101, inciso II; 103, inciso V e 106, alínea **a** da Lei nº 6.023, de 03 de janeiro de 1974 e, de acordo com o que dispõem os artigos 93, itens 1 e 3; 94, itens 1 e 2; 99, parágrafo único; 103, itens 1 e 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, e artigo 107, item 3, desta Lei, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 1.716, de 21 de novembro de 1979, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, em virtude de moléstia incurável não adquirida em ato nem em consequência de ato de serviço, podendo prover os meios de subsistência.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 79, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e, considerando o que consta do Processo nº 054.003.179/85,

RESOLVE:

Agregar ao respectivo Quadro, a contar de 03 de dezembro de 1985, o Segundo-Tenente PM — FRANCISCO DIAS DE SOUSA, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Administração da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do artigo 77, parágrafo primeiro, inciso II, da Lei nº 7.289, de 18 de de-

zembro de 1984, enquanto aguarda sua transferência para a Reserva Remunerada.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 79, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 030.001. 639/86,

RESOLVE:

Agregar ao respectivo Quadro, a contar de 07 de fevereiro de 1986, o Tenente-Coronel QOPM — HILTON QUEIRÓZ ACTIS — mat. 00.018/3, do Quadro de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 77, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por haver sido submetido a Conselho de Justificação e ter sido considerado não habilitado para o acesso, em caráter definitivo.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986.

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DECRETO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 79, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 054.003.180/85,

RESOLVE:

Agregar ao respectivo Quadro, a contar de 25 de dezembro de 1985, o Coronel PM — UYRATAN SILVA DE CARVALHO, do Quadro de Oficiais Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 77, parágrafo primeiro, inciso II, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, enquanto aguarda sua transferência para a reserva remunerada, por haver completado o tempo máximo de permanência em seu posto.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

JOSÉ OLAVO DE CASTRO

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 054-003186/85
INTERESSADO: ELIAS CERINO DE LIMA — SOLDADO PM
ASSUNTO: INQUÉRITO TÉCNICO

INDEFIRO, nos termos do parecer do Sr. Chefe do Gabinete Militar.

Em 27-02-86.

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 030.002008/86
INTERESSADO: CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA
ASSUNTO: Viagem a Paris a convite do Governo Francês

DE ACORDO. Autorizo o afastamento do País do servidor CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA, Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, no período de 16 a 23/03/86, arbitrando-lhe as respectivas diárias, conforme o proposto no Parecer DAG/SVO, constante dos autos.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 030.002007/86
INTERESSADO: JOSÉ CARLOS MELLO
ASSUNTO: Viagem a Paris a convite do Governo Francês

DE ACORDO. Autorizo o afastamento do País do servidor JOSÉ CARLOS MELLO, Secretário do Governo do Distrito Federal, no período de 16 a 23/03/86, arbitrando-lhe as respectivas diárias, conforme o proposto no Parecer DAG/SEG, constante dos autos.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 054.003.116/85
INTERESSADO: HILTON QUEIROZ ACTIS, TCQOPM
ASSUNTO: RECURSO DISCIPLINAR EM FORMA DE QUEIXA

DESPACHO:

Não conheço do presente recurso de queixa disciplinar, que considero impróprio, por falta do respectivo pressuposto legal, nos precisos termos do parecer de fls. 177 e 202.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO Nº: 054.000.462/85
INTERESSADO: POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL — DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

DESPACHO:

DE ACORDO. Homologo o ato do Comandante-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, nos termos do parágrafo único, artigo 17, do Decreto nº 4.507, de 26 de dezembro de 1978, atendendo ao pronunciamento da douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, às fls. 58, 58-v e 59.

Publique-se. Encaminhe-se à PMDF.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

Procuradoria Geral

PARECER Nº: 001/85 / 5a.SPR

PROCESSO Nº: 020.000.737/85

INTERESSADO: UNIPLAN - Empreendimentos, Serviços e Participações Ltda.

ASSUNTO: Fracionamento irregular do solo rural, no DF, com venda de lotes intitulados "Mansões do Amanhecer".

EMENTA: Constitui crime vender ou prometer vender parcelas de loteamento ou desmembramento de solo, para fins urbanos, no DF, não registrado, sendo ainda crime registrar loteamento ou desmembramento, mesmo sob o disfarce de condomínio, não aprovado pelo GDF, com audiência do INCRA, bem como registrar compromisso de compra e venda, cessão de direitos ou contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado. (Arts..... 50, parágrafo único, I e 52, da Lei nº..... 6766, de 19.12.79).
Compete à CAESB fazer cumprir o Decreto nº 88.940/83 em relação aos fracionamentos irregulares intentados na Área de Proteção Ambiental das bacias dos rios São Bartolomeu e Descoberto, sendo da SVO e das Administrações Regionais a atribuição de coibir construções em áreas rurais, sem autorização, (Decretos nºs 3.906/71 e 8.690/85).
O Distrito Federal, através da PRG, tem titularidade para requerer o cancelamento dos registros dos parcelamentos ilegais do solo assim como fornecer à polícia a noticia criminis para instauração de inquérito policial contra os responsáveis pelos loteamentos clandestinos.

Senhor Procurador-Chefe da 5a.SPR,

O Grupo Executivo instituído pela Portaria nº 14/85 - PRG/GAB efetuou levantamento sobre a situação do loteamento denominado "Mansões do Amanhecer", localizado no Distrito Federal, na região administrativa de Planaltina, na Fazenda Mestre D'Armas, e, conforme informações de fls. 03, constatou:

a) que o loteador responsável é Uniplan-Empreendimentos, Serviços e Participações Ltda, com endereço no SCS, Edifício Márcia, Sala 402, nesta Capital;

b) que, na área em causa, foi constituído condomínio com 190 frações ideais de 1.000m^2, nove avenidas públicas de 7 metros de largura, tendo o empreendimento 8 edificações de alvenaria, cinco de madeira e três de adobe;

c) que o loteamento situa-se na Área de Proteção Ambiental (APA) do rio São Bartolomeu, tem em seu interior um olho d'água e limita-se com o rio Pipiripau e finalmente;

d) que o terreno tem matas ciliares, é arenoso, com vegetação de capoeira e campo.

O colegiado acima mencionado instrui o processo com fotocópias: fls. 16, mapa de loteamento; fls. 06/08, *"escritura pública declaratória de direitos, obrigações e utilização de área rural em condomínio e outras avenças"*; fls. 09, certidão de registro, do 3º Ofício de Imóveis desta Capital; fls. 05, contrato de compra e venda, na Fazenda Mestre D'Armas, celebrado com José Simão do Carmo que adquiriu a Mansão 02, do Conjunto I, com área privativa de 1.000m^2 e comum de 1/190 avos de 6 ha, 35 a e 75 ca e fls. 14/15, despacho do Chefe do DPC do INCRA, dando notícia do pedido de licença para construção em fração de condomínio de imóvel rural, no DF, no loteamento "Mansões do Amanhecer", no qual não consta que tenha havido aprovação, acreditando o autor do despacho que se trata de utilização de propriedade rural com fins de urbanização e lazer, à deriva da lei agrária.

O relatório do Grupo Executivo, fls. 17/18, com resumo das informação de fls. 03, diz que o parcelamento, sob a forma de condomínio "Mansões do Amanhecer", com 9 vias no interior da gleba desmembrada e frações ideais inferiores ao módulo de 02 ha, significa efetivamente o uso urbano de área situada na APA do rio São Bartolomeu e sugestões de ações do GDF, visando o retorno ao uso rural da área em questão.

Consta dos autos cópia do edital nº 01 da SVO, assegurando ao responsável pelo loteamento prazo de 30 dias para comprovar sua regularidade.

Ao processo foi anexado o de nº 010189/85, no qual a Uniplan alega que é legítima proprietária da área de 100 ha da Fazenda Mestre D'Armas, onde efetuou parcelamento de 25 ha e que toda situação do condomínio rural de 190 unidades já é do conhecimento da Administração Regional de Planaltina.

A SVO, através do despacho de fls. 08 do referido processo, de autoria da Dra. Tânia Battella de Siqueira, analisa a manifestação da loteadora e conclui que a mesma nada trouxe de novo e não há o que acrescentar às sugestões contidas no relatório do Grupo Executivo, sendo o processo remetido à PRG.

Uma vez instalada a 5a. SPR, foi enviado para este órgão o presente processo e todos os outros em curso que tratam de fracionamento irregular do solo.

Pelo despacho de fls. 18 verso, V.Sa. solicita exame da matéria e parecer.

É o relatório.

P A R E C E R

A escritura pública de fls. 06/08, comprova a aquisição de área localizada na Fazenda Mestre D'Armas, no DF e constituição do condomínio rural em 17.04.84 e o compromisso de compra e venda de fls. 05, atesta a venda a José Simão do Carmo do lote 02, do conjunto I, com área privativa de 1.000m^2, em 20.06.84

As informações e demais levantamentos do Grupo Executivo constantes do presente processo são unânimes no sentido de que a responsável pelo loteamento "Mansões do Amanhecer" desmembrou solo em áres de sua propriedade, no Distrito Federal, para fins urbanos, sem autorização do INCRA e do GDF, configurando-se, no caso, a hipótese de crime em tese, de acordo com o art. 50, parágrafo único, item I da Lei nº 6.766/79, in verbis:

> *"Art. 50 - Constitui crime contra a Administração Pública:*
>
> .....
>
> *Parágrafo único - O crime definido neste artigo é qualificado, se cometido:*
>
> *I - por meio de venda, promessa de venda, reserva de lote ou quaisquer outros instrumentos que manifestem a intenção de vender lote ou loteamento ou desmembramento não registrado no Registro de Imóveis competente;"*

O condomínio "rural" inventado pela loteadora não preenche os requisitos legais relativos ao desmembramento de propriedade rural, uma vez que as frações ideais (mansões) têm dimensões inferiores às do módulo rural mínimo estabelecido para o Distrito Federal, verificando-se, por conseguinte, desrespeito ao Estatuto da Terra e sua regulamentação baixada pelo INCRA.

O loteamento situa-se na Área de Proteção Ambiental da Bacia do rio São Bartolomeu, motivo pelo qual deveria ter sido, previamente, autorizado também pela CAESB e pela SEMA, nos termos do art. 6º, parágrafo segundo do Decreto nº 88940, de 07.11.83 assim redigido:

> *"Art. 6º : Nas áreas de Proteção Ambiental das Bacias dos rios São Bartolomeu e Descoberto ficam proibidas ou restringidas, a critério da CAESB, em comum acordo com a SEMA:*
>
> .....
>
> *§ 2º - Sem prejuízo das demais autorizações previstas em lei, dependerão de autorização prévia da CAESB e da SEMA, com recurso da decisão para o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, a abertura de vias de comunicação, a realização de grandes escavações e a implantação de projetos de urbanização, sempre que importarem em obras de terraplenagem."*

Os registros possivelmente efetuados, no Ofício de Registro de Imóveis, das frações ideais do condomínio "Mansões do Amanhecer", são nulos, em face da inexistência da prova de prévia aprovação pelo INCRA e GDF, segundo dispõe o art. 10, da Lei nº 4.947, de 06.04.66, textualmente:

> *"Art. 10 - Fica vedada a inscrição de loteamentos rurais no registro de imóveis, sem prova de prévia aprovação pela autoridade pública competente a que se refere o artigo 61 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964."*

As edificações feitas ou em andamento estão irregulares por não terem sido autorizadas pela administração regional de Planaltina, na forma prevista no Decreto nº 3.906, de 24.10.77 com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 8.690, de 05.07.85, ambos do Governador do DF.

Admitindo, apenas para efeito de argumentação, que o condomínio em questão seja um parcelamento para fins rurais, forçoso é reconhecer que mesmo assim, ele está irregular pois sua concretização não foi precedida de prévia autorização do INCRA e além disso as frações ideais têm dimensões inferiores a 02 ha., fato que caracteriza a clandestinidade do loteamento disfarçado em condomínio.

O empreendimento é irregular tanto como o condomínio "rural", quanto como loteamento para fins urbanos, uma vez que está em desacordo, na primeira hipótese, com o Estatuto da Terra e as normas que o regulamentam e na segunda, por total infração aos dispositivos da Lei nº 6.766/79 e à outras normas que regulam a espécie, tais como Lei nº 4591, de 16.12.64.

Por guardar pertinência com o assunto em foco, faz-se oportuna a transcrição da ementa do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, no Mandado de Segurança nº 694 da Comarca de Goiânia, tendo como Impetrantes: Imobiliária Ipanema Ltda e outros e Impetrado : o Corregedor Geral da Justiça, nos seguintes termos:

> E M E N T A:
>
> *"1. Parcelamento do solo para fins urbanos. Lei nº 6.766. de 19.12.79:*
> *a)"É vedado vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado", incorrendo o infrator em crime contra a Administração Pública (art. 50, parágrafo único);*
>
> *I) .....;*
>
> *b) é ainda crime "registrar loteamento ou desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes, registrar o compromisso de compra e venda, a cessão de direitos, ou efetuar registro de contrato de venda de loteamento ou desmembramento não registrado". (art. 52).*
> *2. Imóvel rural parcelado para fins urbanos - Critérios da finalidade ou destinação para se o loteamento é rural ou urbano. Nos termos do art. 53 da Lei nº 6.766/79, todas as alterações do solo rural para fins urbanos dependerão da prévia audiência do INCRA e da aprovação da Prefeitura Municipal.*
> *3. INTRUÇÃO/INCRA nº 17b, de 19.12.80. Se o parcelamento é para fins urbanos cabe ao INCRA, unicamente, sua prévia audiência (Item 3.2).*
> *4. Loteamento em condomínio. Burla à Lei nº 6.766/79 ou aos Decretos-Leis nºs 58/37 e 271/67, que a antecedeu. Desrespeito à prerrogativa do município de disciplinar e ordenar o desenvolvimento urbano, inclusive regulando zoneamento e aprovando loteamentos*

(Lei Orgânica dos Municípios, nº 8.268, de 11.07.67, art. 33, IV). Ofensa às leis municipais que regulam o desenvolvimento integrado de Goiânia e dispõe sobre loteamentos (MS 4.523 e 4.526, de 31.11.71).
5. Não encontra amparo na legislação esse condomínio "sui generis", feito para encobrir um loteamento não registrado.
6. Provimento nº 03, de 19.01.81, da Corregedoria Geral da Justiça, que proibiu a prática daqueles atos considerados ilícitos pela Lei nº 6.766/79.
7. Não se reconhece exorbitâncias nas atribuições do Corregedor, uma vez que as proibições mandadas observar são, antes, da própria lei 6.766/79, notadamente nos seus arts. 37, 50, 51, 52 e 53. Além da função de orientar, incumbem à Corregedoria as de fiscalizar e vigiar (art. 44 da resolução 03/75-CDOJ).
8. O provimento da Corregedoria não impede que o interessado requeira o levantamento da dúvida, com recurso para o Tribunal, nos termos do art. 199 e 202 da Lei dos Registros Públicos (nº 6.015/73).
9. Não há direito subjetivo em contradição, às normas de ordem pública.
10. Mandado de Segurança denegado".

Na resposta ao edital, a empresa proprietária do condomínio "Mansões do Amanhecer" limitou-se a confessar que o mesmo não teve autorização prévia, restando, assim, comprovadas todas as informações do Grupo Executivo.

S U G E S T Õ E S

Em face do que foi apurado pelo Grupo Executivo e das infrações legais aqui apontadas concluimos, sugerindo o seguinte:

1) remessa de cópia do processo à CAESB para, no âmbito de suas atribuições, apurar prática de lesões às normas legais e regulamentares relacionadas com as Áreas de Proteção Ambiental das bacias dos rios São Bartolomeu e Descoberto, por parte dos responsáveis pelo loteamento "Mansões do Amanhecer", envolvendo as atividades de instituição de condomínio, parcelamento do solo, venda e promessa de venda de frações ideais e registro, tomando as medidas cabíveis para a punição dos culpados e retorno da localidade em tela à situação em que se encontrava antes do empreendimento.

2) remessa de cópia autenticada do processo à Secretaria de Segurança Pública do DF para instauração de inquérito policial com a finalidade de apurar a existência de crimes previstos no art. 50, seus itens e parágrafo, art. 51 e art. 52, todos da Lei nº 6766/79.

3) remessa de cópia do processo à SVO e à Administração Regional de Planaltina, através do Exmo. Senhor Secretário de Governo para que cada uma, nos limites de suas atribuições, faça cumprir os Decretos nºs 3.906/71 e 8.690/85, relativamente a notificações, autuações, encargos e demolição de obras, quando for o caso, com a punição dos infratores.

4) que a Procuradoria Geral do Distrito Federal requeira, administrativa ou judicialmente, junto ao 3º Ofício de Registro de Imóveis desta Capital, o cancelamento de todos os registros referentes ao condomínio em causa e às frações ideais, com base no art. 10, § 1º, da Lei 4.947/66, art. 14 da Lei nº 6015/73 e art. 1º da Lei nº 6.739/79;

5) que a Procuradoria Geral, como órgão central do Sistema Jurídico, exerça a supervisão e o controle das medidas indicadas nos itens de I a IV, a serem tomadas pelos órgãos ali mencionados, solicitado a imediata comunicação de providência concretizada.

É o nosso parecer, s.m.j

Brasília-DF, 03 de dezembro de 1985

FRANCISCO JOSÉ FREIRE

LUIZA LEMOS — JÚLIO QUIRINO DA COSTA

HERBERT CATELO BRANCO UCHÔA — JOSÉ DE CAMPOS AMARAL

MELCHISEDECK DE ALMEIDA CAMPOS — ROBERTO GOMES PERES

PROCESSO Nº : 020.000.737/85
INTERESSADO : MANSÕES DO AMANHECER
ASSUNTO : Notificação sobre parcelamento de área.

Senhor Procurador-Geral,

Subscrevo o Parecer nº 001/85-5a.SPR, que bem examinou a questão dos loteamentos, condomínios, "quintas", etc., localizados nas áreas de preservação ambiental, APAS, criadas pelo Decreto Federal nº 88.940, de 07 de novembro de 1983.

É de justiça deixar registrada a contribuição prestada pelo Grupo de Trabalho, constituído por V.Exa. e presidido pelo Íntegro Subprocurador-Geral Doutor OCTÁVIO LEITE DE SOUZA, que, nas suas conclusões, apresentou diretrizes de ação e que, consensualmente, coincidiram com a do laudo sob exame, ofertado pelos Procuradores lotados nesta Subprocuradoria.

No caso concreto dos "condomínios rurais", não seria demasiado trazer à colação trecho do artigo doutrinário de Diógenes Gasparini, publicado no BI nº 105, pág.15/18, 1982, que ensina:

"Sob as denominações de, entre outras, "loteamento integral", "loteamento privé", "loteamento integrado", "loteamento especial", "loteamento fechado" e "loteamento em condomínio" vem ocorrendo a urbanização ou o "loteamento" de glebas que, no mínimo, pode ser tido como irregular. Instituem-se, para tanto, áreas autônomas, "lotes" de domínio e uso exclusivos dos respectivos proprietários, limítrofes a outras áreas de igual natureza e a áreas de uso, administração e propriedade comuns, cujo acesso a uma e a outra só é permitido aos condôminos e seus autorizados.

José Afonso da Silva (Direito Urbanístico Brasileiro, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1981, p.401) ao dissertar sobre tais "loteamentos", sem lhes garantir a legitimidade, dá-lhes a mesma configuração, dizendo que se caracterizam "pela formação de lotes autônomos com áreas de utilização exclusiva de seus proprietários, confinando-se com outras de utilização comum dos condôminos", e Toshio Mukai (loteamentos Fechados e suas Implicações Jurídicas, in Diário IOB, ano III, nº 649, p.1.241) não foge à regra e os considera "um complexo constituído de propriedades exclusivas, correspondentes às unidades autônomas e de bens comuns que constituem as vias, espaços livres, instalações, áreas de ventilação, equipamentos comuns, etc."

Nesses "loteamentos" tudo é feito à semelhança do condomínio em prédio de apartamento e seu regime jurídico ora pretende-se ver fundado na lei que rege essa espécie de compropriedade, ora nas disposições que, no Código Civil, regulam o condomínio tradicional, sem que se possa, como veremos, atribuir a um ou a outro desses diplomas a submissão legal desses "loteamentos".

Essas urbanizações ou "loteamentos" assim implantados, seguramente, não encontram arrimo legal nas disposições concernentes ao condomínio, conforme disciplinado na Lei Civil, sem se levar em conta que a locução "loteamento em condomínio" encerra uma "contradictio in ter

minis". Enquanto o loteamento significa processo de divisão de uma gleba com o aparecimento de unidades autônomas, ditas lotes, de propriedade certa e determinada, o condomínio expressa a indivisão ou a co-propriedade. No condomínio não há o aparecimento de unidades bastantes em si, ou seja, portadoras de um conjunto próprio de qualidades que lhes dá total autonomia. No loteamento, dada a divisão, a gleba perde sua originalidade objetiva; deixa de ser gleba. No condomínio isso não ocorre. A gleba assim afetada não se desgarra de sua individualidade objetiva e a mantém enquanto durar a indivisão. É o que afirma José Afonso da Silva (ob.e loc.cits), quando ensina que o "terreno, assim "loteado", não perde sua individualidade objetiva, conquanto sofra profunda transformação jurídica. Diferente do processo de loteamento propriamente dito, em razão do qual "o terreno loteado perde sua individualidade objetiva transformando-

por Hely Lopes Meirelles (Direito Municipal Brasileiro, 3a.edição refundida, Revista dos Tribunais, São Paulo, 1977, p. 643), ao registrar, sem qualquer referência ao condomínio do Código Civil, que para "esses loteamentos não há, ainda, legislação superior específica que oriente a sua formação".

Por certo, a ditos "loteamentos" também não se aplica a Lei Federal nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e incorporações imobiliárias. Sobre tal particular, com toda razão, Toshio Mukai (ob.cit. p.1.242) afirmava, na vigência da antiga lei de loteamento, que a "ele não se aplica nem o Decreto-lei nº 58/37, nem a Lei nº 4.591/64". A Lei de Condomínio só se impõe se a hipótese considerada consubstanciar uma edificação. Não se presta, portanto, para fundamentar a formação dos chamados "loteamentos em condomínio" ou seja lá o nome que tenham, onde não se tem qualquer edificação. Nessas urbanizações, o condomínio incidiria sobre gleba nua, daí a insubmissão desses "loteamentos" a Lei Federal que regula a compropriedade em edifícios. Tanto é assim que a sua ementa, como a fixar os limites de sua aplicabilidade, enuncia que dispõe "sobre o condomínio em edificações e ...".

A existência de edificação ou a obrigação de o incorporador proceder à sua execução é condição para que se submeta à sua disciplina qualquer incorporação imobiliária (negócio jurídico, cujo intuito é promover e realizar a construção-art.28, parágrafo único, da Lei de Condomínio). Cada lei tem seu próprio campo de incidência e no condomínio em edificação está o da Lei de Condomínio e a outro não lhe é dado, validamente, incursionar. Não fosse isso verdadeiro, desnecessária seria a edição de um diploma legal (Decreto-lei federal nº 271/64-hoje revogado nesse particular - que dispôs, entre outras matérias, sobre o loteamento urbano e responsabilidade do loteador), para que a Lei de Condomínio fosse aplicada aos loteamentos e equiparados viessem a ser o loteador ao incorporador, os compradores de lotes aos condôminos e as obras de infraestrutura à construção da edificação - art. 3º. A incidência da Lei condominial aos loteamentos só foi possível em razão da equiparação dos substratos fáticos, sobre os quais iria incidir daí por diante, notoriamente diferentes. Essa equiparação, levada a efeito pelo Decreto-lei federal nº 271/64, basta para indicar que o condomínio em edificação e o loteamento são coisas diversas, pois, se assim não fosse, descabida seria a equiparação, dado que só os desiguais são suscetíveis de equiparação."

.....

Não se subsumindo tais "loteamentos" ao regime do Código Civil e não se submetendo aos ditames da Lei de Condomínio, não se tem como legalizá-los. O nosso ordenamento jurídico, pelo menos até o momento, não os acolhe e a atividade administrativa para autorizá-los não se legitima, dado que não está a presidí-la o princípio da legalidade. A Administração Pública, no seu agir, está adstrita ao que e como dispuser a lei. Sua atuação só será legítima se a esse princípio conformar-se. Sendo assim, tem toda razão Seabra Fagundes, quando diz que "administrar é aplicar a lei de ofício", ou Cirne Lima, quando ensina que a Administração jaz debaixo da legislação que deve enunciar a regra de direito, ou, ainda, Fritz Fleiner, quando prescreve que a Administração legal é a posta em movimento pela lei e exercida dentro dos limites de suas disposições.

.....

Essas divisões, conclui-se, nada mais são que os loteamentos previstos e disciplinados na Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei federal nº... 6.766/79), denominados diferentemente. Com efeito, apresentam os mesmos elementos componentes dos loteamentos tradicionais, embora designados diver-

samente. Os lotes são unidades autônomas, as ruas são vias de acesso e as praças e áreas de uso comum do povo são as de uso, administração e propriedade dos condôminos. Desse modo, nada têm de especial. São loteamentos comuns e, como tal, estão sob a égide dessa Lei e das legislações estadual e municipal complementares."

A não observância das normas da Lei 6.766/79, pelos loteadores, acarreta-se-lhes a incidência dos tipos penais ali previstos, notadamente o de seu art. 50, e seguintes.

Merece transcrição, pela pertinência, oportunidade e conteúdo, o pronunciamento exarado por um dos mais ilustres Desembargadores do estado de Rondônia, na ocasião membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Doutor DIMAS RIBEIRO DA FONSECA, contido no processo nº 125.078/82-GDF, a propósito dos parcelamentos de áreas no Distrito Federal.

Assim se expressou aquele ilustre Homem Público:

"..... .....

O art. 28 da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, veda, taxativamente, a constituição de loteamentos com unidades ostentando áreas inferiores a vinte hectares, até a distância de trinta quilômetros do lado externo da linha periférica do novo Distrito Federal."

"A par de impedir loteamentos, que não fossem os de lotes considerados rurais e no perímetro do Distrito Federal que se arguia, estendeu o legislador os limites da proibição até trinta quilômetros além, visando evitar a compressão sobre a futura metrópole."

"Por isso mesmo, entendemos que não se aplica ao Distrito Federal a legislação do INCRA, no particular de limitar o módulo rural nos exíguos dois hectares (20.000m²), pois aqui incide a Lei nº 2.874/58, art. 28, estatuindo como limite mínimo para as propriedades rurais locais, os lotes com área igual ou superior a vinte hectares."

"Mesmo assim, tais loteamentos rurais, haverão de se subordinar à prévia admissão do poder público, que, enfim, será quem suportará a manutenção, além daqueles relacionados com a segurança pública e bem estar social."

"Via de conseqüência, mesmo os loteamentos rurais no Distrito Federal, pelas peculiaridades com que o legislador procurou resguardar a nova capital, não podem ensejar registro, antes que aprovados pela municipalidade."

"E, quanto aos loteamentos não rurais, obviamente incidem as regras contidas no Decreto nº 58/37, para merecerem registro."

"Logo, maiores indagações descabem no que concerne aos chamados condomínios."

"O que a legislação visa é a descompressão habitacional e a super-população no perímetro da capital. Para isso, a administração, ela própria, se encarrega de criar as cidades satélites, evitando-se o crescimento desordenado da Capital."

Observo, ainda, que foram vulneradas as normas do Código Sanitário do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 5.027, de 14 de junho de 1966, precisamente o art. 7º e seus parágrafos, in verbis:

"Art. 7º - A autoridade sanitária participará obrigatoriamente na regulamentação do traçado, zoneamento ou urbanização de qualquer área do Distrito Federal.

§ 1º - Para a aprovação dos projetos de loteamento de terrenos que tenham por fim estender ou formar núcleos urbanos ou rurais, será ouvida sempre a autoridade sanitária, que expedirá autorização, se satisfeitas as exigências regulamentares em vigor.

§ 2º - A partir da publicação desta Lei, fica proibida a instalação de núcleos habitacionais de qualquer espécie em zonas a montante do lago de Brasília e nas proximidades dos cursos de água da sua bacia, quando não ofereçam, a critério da autoridade sanitária, garantia de sistema de recolhimento de dejetos e de detritos capaz de evitar a poluição e a contaminação das suas águas.

....."

Sugiro se inclua dentre as sugestões propostas no parecer a audiência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, ex vi do art. 6º, letra c, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964.

Finalizando, proponho seja o Parecer, ora em exame, aprovado em caráter normativo, permitindo-se, assim, a adoção, das medidas sugeridas, aos processos que tratam de parcelamento de terras no perímetro das Áreas de Preservação Ambiental.

À superior consideração de V.Exa.

Brasília, 30 de dezembro de 1985

CÉLIO AFONSO DE ALMEIDA
Procurador-Chefe/5a.SPR

Senhor Governador,

Aprovo o bem lançado Parecer nº 01/85-5ªSPR, e sua oportuna cota aditiva (fls. 16 usque 21).

Ao lado das exatas colocações jurídicas, o Parecer isola diversos aspectos do fenômeno "Loteamentos irregulares" e traça um esquema de distribuição de encargos entre os diversos componentes da Administração.

No que respeita a medidas judiciais, baixarei normas tendentes à atuação organizada de todas as unidades vinculadas às diversas entidades integrantes do Complexo Administrativo.

As regras que adotarei estão previstas no art. 31, XVII e XVIII do Regimento desta Procuradoria (posto em vigor pelo Decreto nº 4.591, de 08/03/79).

Tais preceitos mostram-se imprescindíveis à implantação do Sistema Jurídico.

A instituição do Sistema Jurídico foi concebida nos primórdios da organização administrativa do Distrito Federal.

Desde quando elaborava os fundamentos da atual Lei nº 4.545/64, a equipe liderada pelo Dr. Plínio Cantanhede sentia a necessidade de que o atendimento das entidades integrantes da Administração Central e Descentralizada ocorresse de forma coordenada e orgânica.

A implantação do Sistema Jurídico permanece, contudo, no plano das boas intenções (que podem conduzir ao inferno - jamais, a realizações positivas).

O resultado é que o Distrito Federal, ainda que disponha de excelentes advogados, não conta com um serviço de advocacia eficiente.

À mingua de coordenação, as unidades jurídicas do Complexo Administrativo atuam de forma dispersa, sem o rendimento que normalmente resultaria de uma atividade harmônica.

Tenho adotado medidas setoriais, que já demonstraram as vantangens da atuação conjunta, solidária e organizada.

Estou certo de que Vossa Excelência, sábio e firme governante, patrocinará a implantação efetiva do Sistema Jurídico.

Sugiro a aprovação do Parecer em caráter normativo.

Brasília, 12 de fevereiro de 1986.

HUMBERTO GOMES DE BARROS
Procurador-Geral

Aprovo. Em 26.02.86
Governador do Distrito Federal
Substituto

GABINETE MILITAR

ATOS DO CHEFE

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07.12.76,

RESOLVE:

Conceder gratificação pela Representação de Gabinete, aos servidores abaixo relacionados, pelo encargo de Oficial de Gabinete:

— MANOEL SIMEÃO TORREÃO — mat. 90.199/DER/DF,
— WAGNER FERREIRA SOARES — mat. 92.731/DER/DF, e,
— ANTONIA FERNANDES DA SILVA — mat. 187-2/IDR.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

JOÃO SERENO FIRMO — Cel PM

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º do Decreto nº 3.466, de 07.12.76,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento de Indenização de Representação, concedida às Praças abaixo, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, na forma do artigo 1º, item II, alínea "b", do Decreto nº 5.850, de 12.03.81, pelo exercício de função militar que exerciam no Gabinete Militar do Governador do Distrito Federal:

— JOSÉ DE DEUS BATISTA — Cabo BM,
— ADELFO ANTONIO GRAFFITTI — Cabo BM, e,
— ADEBIAS GOMES DOS SANTOS — Sd. BM.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

JOÃO SERENO FIRMO — Cel PM

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, do Decreto nº 3.466 de 07.12.76,

RESOLVE:

Conceder gratificação pela Representação de Gabinete ao servidor EVANDRO ALVES DE QUEIROZ, matrícula 01.299-8, pelo encargo de Oficial de Gabinete.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

JOÃO SERENO FIRMO - Cel PM

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II, do artigo 54, do Decreto nº 7.857, de 13.01.84,

RESOLVE:

Consignar ao Capitão PM ANTONIO MAURI DE OLIVEIRA, da Polícia Militar do Distrito Federal, o seguinte elogio, feito pelo Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do DF.:

Ao despedir-me do Capitão ANTONIO MAURI DE OLIVEIRA, que por cerca de nove meses exerceu as funções de meu Ajudante de Ordens, cumpre-me ressaltar, por um elementar dever de justiça, as valiosas qualidades desse prestimoso Oficial que, em momento algum, poupou esforços para bem desempenhar sua missão, proporcionando-me, em consequência, substancial alívio na execução de minhas atividades.

Dotado de alto senso de organização, disciplinado, discreto, dedicado a seus afazeres e procurando sempre antecipar-se na coleta e apresentação de dados para a solução de variados problemas desta Pasta, o Cap. OLIVEIRA se mostrou peça importante para que eu bem desempenhasse o meu trabalho, notadamente na parte administrativa, quando se houve com honestidade e eficiência.

Na festa dos Estados em 1985, foi incansável na preparação da barraca que coube a esta Secretaria gerenciar e, no decorrer do evento, esteve sempre presente na solução de problemas que se apresentaram, o que muito contribuiu para o sucesso da participação da SEP.

Finalmente, em todos os momentos e em todas as missões para as quais foi solicitado, mostrou boa vontade iniciativa e espírito de colaboração, além de grande desprendimento pessoal.

Ao expressar ao Cap. OLIVEIRA este meu reconhecimento, quero também expressar-lhe votos de felicidades pessoais, extensivos aos seus dignos familiares, bem como pleno êxito nas novas funções que venha a exercer.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 1986

JOÃO SERENO FIRMO — Cel PM

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 002/86-SEG, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 9º, do Decreto nº 7.404, de 09 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

1º — Alterar, na forma do quadro anexo, a programação da Secretaria de Agricultura e Produção, relativa às transações de mercado interno, com bens de origem estrangeira.

2º — O financiamento da alteração será coberto por dedução, em igual valor, de disponibilidade da Secretaria do Governo.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

JOSÉ CARLOS MELLO

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

QUADRO ANEXO À PORTARIA Nº 002 de 27/02 de 1986

ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO QAS IMPORTAÇÕES DIRETAS E DAS COMPRAS, LOCAÇÕES OU ARRENDAMENTOS MERCANTIS DE BENS ESTRANGEIROS NO MERCADO INTERNO.

UNIDADE	SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO	EXERCÍCIO	1986

DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM Cr$ 1.000	
	ANTERIOR	ATUAL
COMPRAS	119	4.000
LOCAÇÃO	-	-
TOTAL	119	4.000

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE FEVEREIRO DE 1986

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR CLAUDIA BARTOLO PATTERSON, Desenhista, matrícula 26596-9, Código LT-NM-809.A, Referência NM-17, para exercer a função de Chefe da Seção de Desenho Técnico, Código LT-DAI.111.3, da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração Regional de Taguatinga, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Taguatinga, 24 de fevereiro de 1986

JOSÉ LUIZ PARO

ADMINISTRAÇAO DE CEILANDIA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE FEVEREIRO DE 1986

O ADMINISTRADOR DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR JOSÉ ABNER MELO CARVALHO, Agente Administrativo, matrícula 19.835.8, Código LT.SA.401. "C", Referência NM-25, da função de Chefe da Seção de Cadastro, da Administração de Ceilândia, Código LT.DAI.111.2-M, da Divisão de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Administração de Ceilândia, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Ceilândia, 24 de fevereiro de 1986

ILTON FERREIRA MENDES

ORDEM DE SERVIÇO DE 24 DE FEVEREIRO DE 1986

O ADMINISTRADOR DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item I, alínea "a", da Portaria nº 003/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR JOSÉ ABNER MELO CARVALHO, Agente Administrativo, matrícula 19.835.8, Código LT.SA.401. "C", Referência NM-25, para exercer a função de Assistente do Gabinete do Administrador de Ceilândia, Código LT.DAI.112.2, do Gabinete do Administrador de Ceilândia, da Administração de Ceilândia, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Ceilândia, 24 de fevereiro de 1986

ILTON FERREIRA MENDES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATOS DO DIRETOR

SERVIDORES QUE FIZERAM JUS A INCORPORAÇÃO DE UM QUINTO, DE QUE TRATA A LEI Nº 6.732, DE 05.12.79, CONFORME ESPECIFICADO ABAIXO:

MATRICULA	NOME	ADICIONAL CONCEDIDO	DATA INICIAL	PROCESSO Nº
16.995-1	SÔNIA PERPETUA DE CASTRO ELIAS	1/5 DAI-2M	20/01/86	030.008.072/84
09.872-8	ORLANDO BATISTA DA SILVA	1/5 DAI-3M	26/01/86	030.007.676/84
15.534-9	GERALDO COSTA	1/5 da dif.vencto DAS-2 e venc/ref.	28/01/86	030.011.893/84
04.356-7	ROSINETE VIANA DA CUNHA	1/5 da dif.vencto DAS-1 e venc/ref.	01/02/86	030.007.524/84
17.528-5	RAUL ALVES DE SOUZA	1/5 DAI-3M	03/02/86	030.000.678/85
83.942-X	GEUNILDES RIBEIRO BRITO	1/5 DAI-3M	03/02/86	030.007.481/84
09.319-X	AGNALDO CARDOSO ABDON	1/5 DAI-2M	05/02/86	030.007.655/84
15.054-1	RAIMUNDO CARDOSO GUIMARÃES	1/5 DAI-3M	10/02/86	030.007.669/84
15.315-X	MANOEL CABOCLO DE BARROS	1/5 DAI-2M	15/02/86	030.002.621/85

DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O DIRETOR DA DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MARIA APARECIDA ALVES MARQUES, Agente de Portaria, matrícula 25.704-4, Código LT-602, Classe "A", Referência NM-01 do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir LESILEY LINA DE JESUS VELOSO, Chefe da Seção de Publicação, da Divisão de Divulgação da Secretaria de Administração, matrícula 25.312-X, Código DAI-111.3, por motivo de férias, no período de 03.03 a 01.04.86.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

ANTONIO CASTELO BRANCO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

ATOS DO SUPERINTENDENTE

ORDEM DE SERVIÇO Nº 051/86 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 26 de fevereiro de 1986, ANTONIO CARLOS PEREIRA, Agente Administrativo, matrícula 8838-2, Código SA-401, Referência NM-32, da função de Chefe , Código DAI-111.3, da Gerência de Administração Geral.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

JÚNIA DE OLIVEIRA FERREIRA GONTIJO CÉSAR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 52/86 DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 13 de fevereiro de 1986, ITALDA SANTOS BOTELHO, Datilógrafo, matrícula 348-4, Código LT.SA.402.1, Referência NM-20, da função de Assistente, Código LT.DAI.112.2, do Núcleo de Estudos Avaliativos da Gerência de Pesquisa e Desenvolvimento Organizacional.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

JÚNIA DE OLIVEIRA FERREIRA GONTIJO CÉSAR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 53/86 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 5.674, de 16 de dezembro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR LUZIA PINTO, Agente Administrativo, matrícula 293-3, Código LT.SA.401, Referência NM-24, da função de Assistente, Código LT. DAI.112.2, do Núcleo de Comunicação Social.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

JUNIA DE OLIVEIRA FERREIRA GONTIJO CÉSAR

COORDENAÇÃO NORMATIVA DOS SISTEMAS DE APOIO

ATOS DO COORDENADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1986

O COORDENADOR NORMATIVO DOS SISTEMAS DE APOIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi subdelegada pelo item I, alínea "a", da Portaria nº 11/83-SEA, de 28 de março de 1983,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 176, item II, e 178, item I, letra "a", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, observados os artigos 101, item III, e 102, item I, alínea "a", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, a HERMANUS WILHELMUS FRANCISCUS SANDERS, matrícula nº 15.993-X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24 de outubro de 1979, observando-se o limite constitucional estabelecido no artigo 102, parágrafo 2º.

JOÃO M. DE L. KUZE

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETARIO

PORTARIA DE 26 DE FEVEREIRO DE 1986

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Nomear JOÃO FLÁVIO IEMINE DE RESENDE, Auditor Fiscal do Tesouro do Distrito Federal, matrícula nº 07.772-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Operações Patrimoniais, Código DAS-101.2, da Coordenação do Sistema de Administração Patrimonial desta Secretaria, a partir de 26 de fevereiro de 1986.

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1986

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.100 de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

DESIGNAR CRISTINA SGANZERLA, para exercer a Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.3, do Gabinete do Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

FÁBIO VIEIRA BRUNO

SECRETARIA DE SAÚDE

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

NOMEAR ANTONIO CARLOS PEREIRA, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência 32M, matrícula nº 8838-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Administração Geral, Código DAS-101.3, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a partir de 26 de fevereiro de 1986.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

ALBERTO HENRIQUE BARBOSA

ATOS DO CHEFE DO GABINETE

PORTARIA DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, e a competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "g", da Portaria de 20 de junho de 1985, do Secretário de Saúde,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MANOEL PEDRO DOS SANTOS, Agente Administrativo, matrícula nº 22.915-6, Código SA-401.C, Classe "C", Referência NM-25, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir GRACIETE DA SILVA FERREIRA DOS SANTOS, Chefe da Seção de Expediente/GAB/SES, matrícula nº 22.779-X, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares do titular da referida Seção, no período de 03 a 22/03/86.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 1986

SEBASTIÃO LUIZ DE RESENDE

PORTARIA DE 21 DE FEVEREIRO DE 1986

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065 de 18 de janeiro de 1980, e a competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "f", da Portaria de 20 de junho de 1985, do Secretário de Saúde,

RESOLVE:

DISPENSAR ARY RIBEIRO DUTRA, Inspetor de Saúde, matrícula 01982-8, Código NS-727.S, Referência 25.S, da função de Assistente, Código DAI-112.3-S, da Divisão de Fiscalização de Saúde do DpFS/SES, por motivo de aposentadoria em 13.07.84.

Brasília, 21 de fevereiro de 1986

SEBASTIÃO LUIZ DE RESENDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 19 DE FEVEREIRO DE 1986

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Instrução nº 06-FHDF, de 28 de abril de 1980.

RESOLVE:

Localizar a servidora MARIA DULCINÉIA DE SOUZA, Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 7498-5, Referência NM-801-5-30, pertencente ao Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal, na Central de Radiologia da Coordenação Regional de Saúde de Taguatinga, onde deverá permanecer em caráter obrigatório e habitual para operar junto às fontes radiológicas por período não inferior a 12 (doze) horas semanais de Trabalho, em virtude da Lei nº 1234, de 14 de novembro de 1950.

A presente Ordem de Serviço terá efeito retroativo a 06 de fevereiro de 1986.

Taguatinga-DF, 19 de fevereiro de 1986

LAURO SEABRA GUIMARÃES

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO DE 1986

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso XVIII, do Estatuto da Entidade, homologado pelo Decreto nº 8.566, de 20 de março de 1985,

RESOLVE:

I — Designar os servidores JAQUES GOMES BARRETO, Presidente, LUZIA PASSOS DA MOTA BRANDÃO e MANOEL BASTOS BRABO, Membros e RITA MAGNO FONTES, Secretária, para compor Comissão de Licitação, relativa à Tomada de Preços nº 004/86-FSSDF.

II — Esta Instrução entra em vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário.

Brasília, 20 de fevereiro de 1986

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

INSTRUÇÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar DENISE BHERING LEITE PRAÇA, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-04, de Assessor, do Gabinete da Diretoria Executiva, desta Fundação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

INSTRUÇÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O PRESIDENTE DA FUNDAÇAO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Instrução de 20.02.1986, publicada no DODF nº 38 de 26.02.1986, que designou DENISE BHERING LEITE PRAÇA, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-04, de Assessor, da Diretoria Executiva, desta Fundação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

INSTRUÇÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Instrução de 26.02.86, publicada no DODF nº 38 de 26.02.86, que designou MARCO AURÉLIO SANTULLO, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-08, de Assistente II, do Centro de Desenvolvimento Social do Guará, da Diretoria de Operações desta Fundação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

INSTRUÇÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, DENISE BOMTEMPO BIRCHE DE CARVALHO, matrícula nº 3099, do Emprego em Comissão, Símbolo EC-05, de Coordenador II da Diretoria de Operações, desta Fundação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

INSTRUÇÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar MARCO AURÉLIO SANTULLO, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-08, de Assistente II do Centro de Desenvolvimento Social de Ceilândia, a partir de 26.02.86.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

INSTRUÇÃO DE 28 DE FEVEREIRO DE 1986

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

Designar JOSUÉ ANTÔNIO PINHEIRO, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-05, de Coordenador II da Diretoria de Operações, desta Fundação.

Brasília, 28 de fevereiro de 1986

ADOLFO LOPES JAMEL EDIN

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

ATOS DO DIRETOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1986

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos do artigo 1º, item I da Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, em consonância com o artigo 103, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, a MILTON DE ALCÂNTARA FERREIRA, matrícula nº 20.502-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Gratificação por Operações Especiais, nos termos do artigo 1º, da Lei nº 7.386, de 18 de outubro de 1985, e da Gratificação de Função Policial, nos termos do artigo 7º, do Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985.

Brasília, 25 de fevereiro de 1986

JORGE DA SILVA CASTRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE FEVEREIRO DE 1986

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "c", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item IV do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, CARLOS ALBERTO CARNEIRO NOBRE, Escrivão de Polícia, matrícula nº 23.065-0, 1ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOÁS DE FRANÇA BARROS, Chefe do Cartório da Delegacia de Delitos de Trânsito/CPE/PCDF, matrícula nº 20.773-X, Código DAI-111.3, por motivo de licença para tratamento de saúde, no período de 15.02 a 17.03.86.

Brasília, 25 de fevereiro de 1986

JORGE DA SILVA CASTRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1986

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "c", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item IV do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ANTONIO DE PÁDUA SILVA MIRANDA, Agente de Polícia, matrícula nº 19.268-6, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOSÉ ILES LOPES, Chefe da Seção de Furtos da DRF/CPE/PCDF, matrícula nº 19.198-1, Código DAI-111.3, por motivo de licença para tratamento de saúde, no período de 06.02 a 07.03.86.

Brasília, 26 de fevereiro de 1986

JORGE DA SILVA CASTRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

APOSENTAR, nos termos dos artigos 342, item III e 346, do Decreto nº 59.310, de 23 de setembro de 1966, observados os artigos 101, item I e 102, item II, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, JOÃO PEREIRA DA FONSECA FILHO, matrícula nº 20.254-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Gratificação de Função Policial, e da Gratificação por Operações Especiais, nos termos dos artigos 7º e 8º, do Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985, e 1º e 3º, da Lei nº 7.386, de 18 de outubro de 1985.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

JORGE DA SILVA CASTRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 1º da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, pensão especial vitalícia a TERESINHA PEREIRA MACÊDO DE ARAÚJO, viúva, e temporária a VIVIAN CARLA MACÊDO DE ARAÚJO e DANILO CARLOS MACÊDO DE ARAÚJO, filhos do ex-servidor RAIMUNDO CARLOS DE ARAÚJO, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, matrícula nº 20.530-3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Gratificação de Função Policial e da Gratificação por Operações Especiais, nos termos do artigo 7º e 8º do Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985 e 2º, 3º e 5º do Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, respectivamente, combinados com o artigo 1º da Lei nº 1.050, de 03 de janeiro de 1950.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

JORGE DA SILVA CASTRO

REQUISIÇÕES Nºs: 019 e 020/86
INTERESSADOS: ADAIL DE PAULA RODRIGUES
ASSUNTO: Diárias de viagem

Nos termos da alínea "a", do item I da Portaria nº 027/85-SEP, AUTORIZO a concessão de 34 e 1/2 (trinta e quatro e meia) diárias, no valor de Cr$ 8.253.561 (oito milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e um cruzeiros), ao servidor ADAIL DE PAULA RODRIGUES, matrícula nº 20.955-4, Chefe da Seção de Investigações Criminais, Código DAI-111.3, da 15ª Delegacia Policial/CPC/PCDF e 34 e 1/2 (trinta e quatro e meia) diárias, no valor de Cr$ 8.253.561 (oito milhões, duzentos e cinquenta e três mil, quinhentos e sessenta e um cruzeiros), ao servidor REINALDO FERREIRA DA SILVA, matrícula nº 21.156-7, Secretário-Administrativo, Código DAI-112.3, da Divisão Técnica de Ensino/APC/SEP, os quais, no absoluto interesse do serviço, se deslocarão desta Capital com destino à cidade de SANTOS/SP, designados que foram para frequentarem o Curso de Piloto de Helicóptero na Base Aérea daquela cidade, com duração prevista de 35 (trinta e cinco) dias, no período compreendido de 27.02. a 02.04.86. Concedo ainda, 02 (duas) passagens aéreas para o trecho BRASÍLIA/SÃO PAULO/BRASÍLIA.

Brasília, 18 de fevereiro de 1986

JORGE DA SILVA CASTRO
Diretor do DAG

PROCURADORIA GERAL

ATOS DO PROCURADOR GERAL

PORTARIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 1986

O PROCURADOR GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

MANDAR TER EXERCÍCIO, a partir desta data, na 3ª Subprocuradoria, da Procuradoria Geral do Distrito Federal, o Procurador do Distrito Federal, de Primeira Categoria, JOSÉ RENATO FIALHO DA SILVA, matrícula nº 00.981-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

Brasília, 24 de fevereiro de 1986

HUMBERTO GOMES DE BARROS

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 2293a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 1986, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros ROGÉRIO NUNES, JOEL FERREIRA DA SILVA e FREDERICO AUGUSTO BASTOS, o Conselheiro-Substituto MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA, a Auditora MARIA JOSÉ DA SILVA NEVES GADELHA e o Procurador-Geral em exercício Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, o Presidente, Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, declarou aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 2292a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente, após dar boas-vindas aos membros do Plenário que retornaram após afastamento na forma regimental, deu conhecimento à Corte dos seguintes expedientes:

— Ofício do Conselheiro JOEL FERREIRA comunicando que é seu propósito entrar em gozo de férias a partir de 1º de julho próximo.

— Ofícios do Procurador-Geral em exercício Dr. LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ, pelos quais comunica que os Procuradores Dr. ROBERTO FERREIRA ROSAS e Dr. JOSÉ GUILHERME VILLELA reassumiram, a 30 de janeiro passado, suas funções na Corte, após haverem gozado 15 dias de férias — do primeiro, pertinentes ao ano de 1985 e do segundo, relativas ao ano de 1986.

— Ofício da Auditora MARIA JOSÉ GADELHA comunicando que, a 14 deste, reassumiu as funções do seu cargo, após haver gozado 30 dias de férias, referentes a 1985, no período de 15.01 a 13.02.86.

— Telex do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro FERNANDO GONÇALVES, convidando os membros desta Corte para a solenidade de posse do Dr. THALES BEZERRA DE ALBUQUERQUE RAMALHO no cargo de Ministro daquele Tribunal, a realizar-se às 17:00 horas do próximo dia 19 do corrente mês.

A seguir, o Senhor Presidente informou o Plenário de que, encontrando-se em Salvador-BA no seu afastamento na forma do § 3º do art. 63 do Regimento Interno, aproveitou a oportunidade de participar, no dia 14, de entendimentos com o Tribunal de Contas do Estado da Bahia a respeito dos estudos relativos ao treinamento de servidores, de acordo com o programa especializado que se pretende realizar.

Informou ainda que, no curso que está sendo ministrado no Tribunal de Contas da União — ontem e hoje — pelo Professor ANGEL GONZALES-MALAXECHEVARRIA, estão participando 6 (seis) técnicos desta Corte, além de representantes de outros Tribunais de Contas, por especial deferência do Presidente daquela Corte, Ministro FERNANDO GONÇALVES, atendendo a solicitação do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO ROGÉRIO NUNES

PROCESSO Nº 2446/78 - Revisão dos proventos da reforma do Subtenente BM JAIME PEREZ CALDAS;

PROCESSO Nº 3031/78 - Revisão dos proventos da reforma do Cabo PM JORGE MACÁRIO DE CARVALHO;

PROCESSO Nº 4167/81 - Revisão dos proventos da reforma do Subtenente BM GABRIEL GONÇALVES;

PROCESSO Nº 3809/84 - Revisão dos proventos da reforma do 3º Sargento BM NELSON SOARES.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, determinou diligências, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3179/78 - Revisão dos proventos da reforma do Soldado PM PEDRO FERNANDES DE OLIVEIRA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator de fls. 137-139, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, para os fins indicados a fls. 117.

PROCESSO Nº 1690/79 - Aposentadoria da servidora JOSIMIRA RIBEIRO ALVES;

PROCESSO Nº 5212/83 - Reforma e revisão dos proventos da reforma do Soldado BM VALENTIM DE SOUZA.

- Havendo o Conselheiro-Substituto MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA pedido vista dos processos, foi adiado seu julgamento.

PROCESSO Nº 0041/83 - Aposentadoria da servidora LINDA MAMERI CALCAGNO.- O Tribunal considerou legal a concessão, para fins de registro, nos termos do voto do Relator de fls. 40-41.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOEL FERREIRA

PROCESSO Nº 2437/78 - Revisão dos proventos da reforma do Subtenente BM PAULO GOMES DE CAMPOS;

PROCESSO Nº 4157/83 - Revisão dos proventos da reforma do Soldado BM DIRCEU DOS SANTOS MALHEIROS.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, determinou diligências, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3123/82 - Termo de distrato nº 003/85 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e o Templo do Amor Universal.- O Tribunal determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para o fim indicado no voto do Relator a fls. 97.

PROCESSO Nº 4525/84 - Extrato do contrato nº 006/84 celebrado entre a Fundação Cultural do DF e a firma DUPLIMAQ - Duplicadores, Máquinas e Serviços Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados de inspeção, os quais evidenciam a regular execução do pacto, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2799/85 - Relatório de inspeção programada, levada a efeito na Companhia de Água e Esgotos de Brasília, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de acordo com o Plano Geral de Inspeções (GIPLAN/85).- O Tribunal, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, decidiu fazer à Companhia de Água e Esgotos de Brasília as recomendações indicadas no voto do Relator a fls. 26.

PROCESSO Nº 3001/85 - Contrato de prestação de serviços nº 174/85 celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e a Companhia de Eletricidade de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do pacto e dos resultados da 1a. etapa de fiscalização e controle de sua execução, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins; b) fazer à Companhia de Eletricidade de Brasília a recomendação indicada no referido voto.

PROCESSO Nº 3391/85 - Convênio nº 097/85 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ajuste e dos resultados da 1a. etapa de fiscalização e controle de sua execução, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins; b) fazer à NOVACAP a recomendação indicada no referido voto a fls. 19.

PROCESSO Nº 3802/85 - Consulta formulada pelo Senhor Assessor Especial para assuntos da Indústria e Comércio sobre a possibilidade da transferência à Associação das Escolas de Samba do DF da responsabilidade pela realização, à conta de subvenção a ser concedida pelo Departamento de Turismo do DF, dos festejos carnavalescos de 1986. Contém-se nos autos, a fls. 06-07, decisão do Senhor Presidente sobre a matéria, ad referendum do Plenário.- O Tribunal decidiu, nos termos do voto do Relator, referendar a decisão do Senhor Presidente em seu despacho de fls. 06-07.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 213/75 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor AGNELLO PAZ SOBREIRA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato revisório.

PROCESSO Nº 3018/83 - Aposentadoria da servidora MARIA ALBERTINA FREITAS DO CARMO.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 0781/84 - Detalhamento do Programa de Trabalho do FUNDEFE para o exercício de 1984. Ao processo foram apensados os de nºs. 939/83 e 573/85, por determinação da Corte na 2232a. Sessão Ordinária. Aos autos juntou-se o O.I. nº 798/85-SEF a respeito de recomendação da Corte.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do expediente da Secretaria de Finanças, decidiu acolher a proposta formulada pelo Relator em seu voto de fls. 235.

PROCESSO Nº 4246/84 - Aposentadoria da servidora IWALDA FERREIRA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria — devendo a SEA adotar a providência indicada a fls. 17-v.

PROCESSO Nº 4394/84 - Aposentadoria do servidor HELENO AIRES COELHO;

PROCESSO Nº 4518/84 - Aposentadoria da servidora MARIA ALVES GUIMARÃES;

PROCESSO Nº 4989/84 - Aposentadoria do servidor ARY LOUZADA DIAS.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, determinou diligências, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 4651/84, originário do Relatório de inspeção programada, levada a efeito na Secretaria de Serviços Sociais, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de acordo com o Plano Geral de Inspeções/84. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria de Administração do DF apresentando informações em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal determinou nova diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 50.

PROCESSO Nº 4868/84 - Aposentadoria do servidor LUIZ DE OLIVEIRA NETO;

PROCESSO Nº 4988/84 - Aposentadoria da servidora LENIR ASSIS RIBEIRO;

PROCESSO Nº 4991/84 - Aposentadoria do servidor ARMANDO MÁXIMO PINTO.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO Nº 0605/85 - Pensão militar concedida aos filhos do ex-Soldado PM DILSON SILVA LOUREIRO;

PROCESSO Nº 3178/85 - Pensão militar concedida às filhas do ex-Soldado PM SEBASTIÃO BRAGA DE OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 3179/85 - Pensão militar concedida à Senhora CLÁUDIA DA SILVA BARROS;

PROCESSO Nº 3180/85 - Pensão militar concedida à Senhora OTACÍLIA PEREIRA DE CARVALHO;

PROCESSO Nº 3183/85 - Pensão militar concedida à Senhora RITA DE CÁSSIA SANTOS MELO e outros;

PROCESSO Nº 3184/85 - Pensão militar concedida à Senhora MARIA CASTORINA RAMOS MELO.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO Nº 0861/85 - Relatório de inspeção programada, levada a efeito na Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de acordo com o Plano Geral de Inspeções/85.- Aos autos juntaram-se os ofícios de nºs. 570 e 685/85-PRESI, encaminhados em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu considerar parcialmente cumprida a diligência e solicitar da entidade que o mantenha informado do andamento da complementação da diligência.

PROCESSO Nº 999/85, originário da nota de empenho de nº 067/85 e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria de Finanças do DF solicitando prazo para o início de tomada de contas especial no SLU, determinada pela Corte, solicitação atendida pelo Senhor Presidente em seu despacho de

fls. 208; juntou-se ainda novo expediente da mesma Secretaria informando que a 21-01-86 foi instaurada a tomada de contas especial (O.I., de nº 033/86-SEF).- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do despacho do Senhor Presidente e do ofício nº 033/86-SEF.

PROCESSO Nº 1094/85 - Pensão militar concedida à Senhora ENIR DE ALBUQUERQUE PINHEIRO e outros.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO Nº 1509/85 - Ofício nº 1202/85-PR, da Fundação do Serviço Social do DF, pelo qual comunica o desaparecimento de bem;

PROCESSO Nº 1631/85 - Ofício nº 1240/85-PR, da Fundação do Serviço Social do DF, pelo qual comunica o desaparecimento de bens.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu determinar à Fundação do Serviço Social do DF o imediato cumprimento das solicitações contidas no Of. GP nº 678/85, alertando o órgão para as sanções previstas no art. 59 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 2375/85 - Pensão militar concedida à Senhora REGINA BRANQUINHO BISPO e outros;

PROCESSO Nº 2488/85 - Pensão militar concedida à Senhora FRANCISCA GARIBALDI PINTO e outra.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO Nº 2501/85 - Relatório de inspeção programada, levada a efeito no Departamento de Turismo do DF, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira, orçamentária e patrimonial, de acordo com o Plano Geral de Inspeções/85. Aos autos juntou-se expediente do DETUR apresentando informações a respeito de medidas adotadas em atendimento a solicitação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do expediente, decidiu reiterar ao Departamento de Turismo do DF os termos do Ofício GP nº 319/79.

PROCESSO Nº 2739/85 - Convênio nº 074/85 celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a Companhia de Eletricidade de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do ajuste e dos resultados de inspeções realizadas na CEB, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3085/85 - NE nº 111/85-ASRIA e outras;
PROCESSO Nº 3397/85 - NE nº 143/85-ASRIA e outras;
PROCESSO Nº 3413/85 - NE nº 702/85-SEP e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 3182/85 - Reversão de pensão militar, concedida em favor de ZENÓBIA TEIXEIRA LIMA, irmã do ex-Soldado PM DEUSIMAR TEIXEIRA DE SOUZA, em virtude do falecimento de seu pai ABÍLIO TEIXEIRA DE SOUZA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de reversão.

PROCESSO Nº 3199/85 - Pensão militar concedida à Senhora MARALINDA XAVIER DA FONSECA e outra.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório — devendo a Polícia Militar do DF adotar a providência indicada na instrução de fls. 98, in fine.

PROCESSO Nº 3202/85 - Pensão militar concedida à Senhora IVONE BARBOSA RODRIGUES e outra.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 75 (setenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 3384/85 - NE nº 136/85-ACEI e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas, relevando, excepcionalmente, a irregularidade apontada na instrução; b) fazer à Administração de Ceilândia a recomendação indicada no referido voto.

Às 18:10 horas, de acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral em exercício.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
ROGÉRIO NUNES
JOEL FERREIRA DA SILVA
FREDERICO AUGUSTO DASTOS
MODESTO MARQUES DE OLIVEIRA
MARIA JOSÉ GADELHA
LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

AVISO

Com esta edição vai publicado um Suplemento contendo, entre outras matérias, ATAS, CONTRATOS, CONVENIOS, BALANCOS, EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇOES.

SECRETARIA DE FINANÇAS
COMISSÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO A ARRECADAÇÃO

AVISO DE LANÇAMENTO DO 27º SORTEIO DO CONCURSO BOLÃO FISCAL

A COMISSÃO DE CAMPANHAS DE INCENTIVO À ARRECADAÇÃO, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, tendo em vista o que dispõem as Portarias nºs 004/85-SEF, 002/86-SEF e 003/86-SEF, e em obediência ao que determina o artigo 15 do Decreto nº 8.258, de 01 de novembro de 1984, com as alterações do Decreto nº 8.451, de 14 de fevereiro de 1985, torna público a realização do 27º Sorteio do Concurso Bolão Fiscal, de acordo com os critérios a seguir especificados:

01. DOS SORTEIOS

1.1 - DO SORTEIO DOS BRINDES RELATIVOS A NOTAS FISCAIS E A CUPONS DE MÁQUINAS REGISTRADORAS

1.1.1 - Para fins do Sorteio dos Brindes relativos a Notas Fiscais foram fixadas 15 séries identificadas pelos números 01 a 15, tendo cada série numeração sequencial de 00.001 a 79.999, conforme Resolução nº 129/86-CCIA/SEF.

1.1.2 - Para fins do Sorteio dos Brindes relativos a Cupons de Máquinas Registradoras foram fixadas 15 séries identificadas pelas letras AA até AO, tendo cada série numeração sequencial de 00.001 a 79.999, conforme Resolução nº 129/86-CCIA/SEF.

1.1.3 - Os números sorteados serão identificados através da extração da Loteria Federal do dia 23 de abril de 1986, de acordo com o Quadro Anexo.

1.1.4 - Em caso de Sorteio de mais de um número de um mesmo concorrente, será válido apenas o primeiro, considerando-se os demais como não utilizados, na forma do artigo 16 do Decreto nº 8.258, de 01 de novembro de 1984.

1.1.5 - Quando o número sorteado corresponder a bilhete não utilizado ou anulado será o mesmo, pela ordem, dividido ou multiplicado por números inteiros e sucessivos, a partir de dois (2), até que seja encontrado um número correspondente a bilhete utilizado.

1.2 - DO SORTEIO DOS PRÊMIOS ESPECIAIS

1.2.1 - Os contemplados com Brindes relativos a Notas Fiscais, a Cupons de Máquinas Registradoras deverão comparecer ao Auditório da Secretaria de Finanças, no dia 15 de maio de 1986, das 09:00 às 10:00 horas para retirada do número com o qual participarão, em seguida do Sorteio dos Prêmios Especiais.

1.2.2 - A falta de comparecimento do concorrente ou seu representante, devidamente credenciado no local e horário fixado, será considerada como desistência do direito de participação no sorteio dos prêmios especiais.

1.2.3 - Os prêmios a serem distribuídos no 27º Sorteio do Concurso Bolão Fiscal foram estabelecidos pela Portaria nº 003/86-SEF, de 05 de fevereiro de 1986, de acordo com o Quadro Anexo.

2. DOS DOCUMENTOS FISCAIS

2.1 - Serão considerados para o 27º Sorteio do Concurso Bolão Fiscal os documentos fiscais emitidos a partir de 1º de dezembro de 1985, sendo válidos:

a) nota fiscal, nota fiscal de vendas ao consumidor ou nota fiscal simplificada;
b) nota fiscal de serviço ou nota de transação;
c) cupons de Máquinas Registradoras.

2.2 - Não terão validade os documentos fiscais:

a) que contenham declarações inexatas, estejam preechidos de forma ilegível, apresentem emendas ou rasuras que lhes prejudiquem a clareza ou

impeçam, a identificação dos requisitos a que se refere a alínea c, deste subitem;

b) relativos à operações:
- entre produtores, comerciantes e industriais;
- cujo estabelecimento emitente estiver situado fora do Distrito Federal;
- em que o destinatário da mercadoria ou tomador dos serviços seja pessoa jurídica de direito público ou vinculada de qualquer forma à administração pública.

c) que não contenham:
- nome, endereço e inscrição do emitente;
- dia, mês e ano da emissão; e
- valor total da venda ou dos serviços prestados.

d) emitidos com fraude, dolo ou simulação.

2.3 - Para fins do Sorteio será considerada apenas a 1ª via dos documentos fiscais, exceto no caso de veículos automotores, sujeitos a licenciamento, quando será aceita a 2ª via da Nota Fiscal (via do cliente), concorrendo somente este, o cônjuge ou filho do casal, vedada a participação de terceiros com o referido documento, mesmo expressamente autorizados pelo adquirente do veículo.

2.4 - As Notas Fiscais deverão ser colocadas em envelopes separados dos Cupons de Máquinas Registradoras, devendo o concorrente identificar o tipo do documento fiscal contido no envelope, não podendo conter Notas Fiscais e Cupons de Máquina Registradora em um mesmo envelope.

03. DOS BILHETES E DO VALOR MÍNIMO

A quantidade de bilhetes com os quais o concorrente participará do Sorteio será proporcional à soma dos valores dos documentos contidos no envelope-cupom, declarada pelo concorrente, sendo que cada Cr$ 100.000 (cem mil cruzeiros) corresponderá a um bilhete numerado, não sendo aceitos envelopes com valor inferior ao referido que é o mínimo estabelecido.

04. DA CONVOCAÇÃO DE CONCORRENTE PARA APRESENTAÇÃO DE ENVELOPE-CUPOM E DA APURAÇÃO

4.1 - A qualquer tempo, mesmo antes da realização do Sorteio, a CCIA poderá convocar concorrentes para apresentação de envelope-cupom, para apuração e conferência do seu conteúdo.

4.2 - Os concorrentes deverão comparecer à CCIA, nos prazos estabelecidos em edital ou nas convocações de que trata o subitem 4.1, munidos dos envelopes-cupom e dos bilhetes correspondentes, com os quais estiver participado do sorteio e da documentação comprobatória de identidade.

4.3 - A falta de comparecimento do concorrente, nos prazos e locais fixados, para apresentação de envelopes-cupom implicará na anulação de todos os bilhetes distribuídos ao mesmo.

4.4 - Se a conferência dos documentos fiscais contidos no envelope-cupom indicar a existência de Notas Fiscais ou Cupons de Máquinas Registradoras ou ainda, outros papéis não válidos para o Concurso, serão anulados os bilhetes correspondentes, na mesma proporção, podendo ocorrer a desclassificação do concorrente.

4.5 - Será aplicado o mesmo critério de anulação previsto no item anterior quando o valor apurado, em documentos válidos for inferior ao valor declarado pelo concorrente no campo próprio de envelope e do cupom.

05. DOS POSTOS DE RECEPÇÃO

Os Postos de Recepção serão localizados nas Divisões de Receita da Secretaria de Finanças, Agências do Banco Regional de Brasília S/A e no Conjunto Nacional Brasília.

06. CALENDÁRIO DE PROCEDIMENTOS

- 03 a 31 de março de 1986 - Troca de Bilhetes;
- 23 de abril de 1986 - Sorteio de Brindes;
- 04 de março a 09 de maio de 1986 - Abertura de envelopes-cupom e conferência de documentos fiscais;
- 15 de maio de 1986 - Sorteio e Entrega dos Prêmios Especiais.

07. A apresentação de envelopes-cupom, que devem ter no seu interior exclusivamente um dos tipos de documentos fiscais - Notas Fiscais ou Cupons de Máquinas Registradoras - nos Postos de Recepção, implica na aceitação plena das normas que regulam o Concurso.

08. Os casos omissos serão apreciados e decididos em Reunião da CCIA.

Brasília-DF, de fevereiro de 1986.

JOAQUIM REGINALDO DIAS DA MATA
Presidente da CCIA/SEF

QUADRO ANEXO AO AVISO DE LANÇAMENTO DO 27º SORTEIO DO CONCURSO BOLÃO FISCAL

REFERÊNCIA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	PARTICIPANTES	FORMA DE SORTEIO
BRINDES	Rádio-gravador	105	Concorrentes que apresentarem exclusivamente Notas Fiscais nos envelopes-cupom	Bilhetes correspondentes aos números sorteados na Extração da Loteria Federal do dia 23 de abril de 1986, do 1º ao 5º Prêmio e os formados pela combinação vertical das unidades e dezenas, a partir do 1º ao 5º Prêmio, das séries 01 a 15
	Rádio-gravador	90	Concorrentes que apresentarem exclusivamente tíquetes de máquina registradora nos envelopes-cupom	Bilhetes correspondentes aos números sorteados na Extração da Loteria Federal do dia 23 de abril de 1986, do 1º ao 5º Prêmio, das séries AA a AO e os formados pela combinação vertical das unidades, a partir do 1º ao 5º Prêmio - Séries AA a AO
PRÊMIOS ESPECIAIS	Automóvel Fiat PRÊMIO - SC Automóvel Fiat UNO - F Televisor a cores Bicicleta Rádio-gravador	01 01 01 01 03	Concorrentes com Notas Fiscais sorteados com brindes	Sorteio Especial a ser realizado no Auditório da Secretaria de Finanças, no dia 15 de maio de 1986
	Automóvel Fiat 147 - C Geladeira Bicicleta Rádio-gravador	01 01 01 02	Concorrentes com tíquetes de máquinas registradoras sorteados com brindes	Sorteio Especial a ser realizado no Auditório da Secretaria de Finanças, no dia 15 de maio de 1986

NOVADATA — SISTEMAS E COMPUTADORES S.A.
CGC/MF Nº 51.754.240/0001-12
CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da NOVADATA — Sistemas e Computadores S.A., convocados para em Assembléia Geral Extraordinária a se realizar no próximo dia oito de março às 09:00 horas, na Sede Social ao SIA Trecho 08, Lotes 70/80, nesta cidade, deliberarem sobre as seguintes matérias:

I — Ratificação das deliberações da AGE de 23.12.85 relativas à Reavaliação de Bens do Ativo Imobilizado.

II — Desdobramento das ações de emissão da companhia à razão de 54 novas ações em lugar de cada uma das 422.617.330 ações hoje existentes.

III — Adoção de um novo texto para o Estatuto Social, relacionada de modo especial com a Abertura de Capital da Companhia no âmbito de Emissão Pública de ações referidas adiante. Entre as Alterações Estatutárias a serem Propostas aos Senhores Acionistas, destacam-se as seguintes: a) Autorização à companhia para criação de ações preferenciais e, depois, aumento de espécie e classe existentes sem guardar proporção com a outra espécie ou demais classes. b) Outorga do direito de eleição de Membro do Conselho de Administração a cada 9% das ações ordinárias. c) Criação, entre as contas do Patrimônio Líquido, da Reserva para Desenvolvimento, à razão de 10% do lucro líquido e em valor não excedente a 20% do Capital Social.

IV — Aumento do Capital Social no valor de Cr$ 24.560.927.614 mediante a emissão pública de 10.678.664.180 ações preferenciais para subscrição ao preço de Cr$ 2,30 por ação, com integralização em dinheiro, no ato da subscrição.

V — Eleição de novos Membros do Conselho de Administração e remanejamento de cargos no mesmo Conselho.

VI — Fixação de nova remuneração para os Diretores da Companhia.

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1986

EDISON DITZ
Vice-Presidente
Conselho de Administração
(DAR - Cr$ 712.800)

(Dias 28, 3 e 4)

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA — CAESB
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

A DIRETORIA DA COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA — CAESB convida os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, em sua sede social, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 4, Bloco "A", nºs 67 a 97, às 11 horas do dia 12 de março de 1986, 5º andar, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

I — Composição do Conselho de Administração.

II — Assuntos gerais de interesse da Sociedade.

Brasília, 27 de fevereiro de 1986

A DIRETORIA

(Dias 28.02, 3 e 4.03)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

AVISO

Encontra-se à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, localizado no 2º andar do Edifício sede do DETRAN/DF — Setor de Áreas Isoladas Norte lote A — Brasília-DF, Telefones: 226.4063 e 223.4660 Ramal 49, os Editais referentes às seguintes Tomadas de Preços:

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/86-CPL

DATA: 13 de março de 1986
HORÁRIO: 09:00 horas
OBJETO: Fornecimento e instalação de 06 (seis) CRUZAMENTOS SEMAFÓRICOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/86-CPL

DATA: 13 de março de 1986
HORÁRIO: 15:00 horas
OBJETO: Aquisição de IMPRESSOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE
CAUÇÃO: Cr$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros).

Horário de atendimento ao público: de 08:30 às 11:00 horas e das 14:30 às 17:00 horas, de segunda à sexta-feira.

Brasília-DF, 26 de fevereiro de 1986

ROBERTO MAGNO DE MATOS
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB
CGC Nº 00.070.698/0001-11
AVISO AOS ACIONISTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA — CEB avisa aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição dos mesmos, na sede social da empresa, situada no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, Lotes 106 e 136 nesta Capital, os documentos referidos no art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício de 1985.

Brasília, 26 de fevereiro de 1986

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Dias 27, 28 e 03)

SECRETARIA DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE SAÚDE
EDITAL Nº 001/86-DpFS/SES

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE SAÚDE, DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e, tendo em vista o disposto no parágrafo único, do artigo 248, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8386, de 09 de janeiro de 1985, torna público que contra a PANIFICADORA E CONFEITARIA CRUZEIRO LTDA, inscrita no Cadastro de ICM do DF sob o nº 07006764-3, com endereço à CRS 509 — Bloco "A" — Loja 31, nesta Capital, foram lavradas as Intimações de nºs 52253 a 52258, datadas de 19 de fevereiro de 1986, cujas segundas vias foram recusadas a receber pelo titular do referido estabelecimento, razão pela qual lhes foram remetidas por via postal sob registro nº 111891, nesta data, ficando a aludida firma cientificada das exigências sanitárias nelas feitas e prazo para cumpri-las.

Brasília-DF, 24 de fevereiro de 1986

WALDIR BARNABÉ DA SILVA

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP

AVISO DE EDITAL Nº 02/86-IMÓVEIS/ARVUT

RESULTADO DE LICITAÇÃO E CONVOCAÇÃO

A DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP, em sua 1013ª Sessão, realizada em 24.02.86, decidiu proclamar vencedores do Edital de Licitação Pública Pré-Qualificada nº 02/86-IMÓVEIS/ARVUT, os licitantes a seguir relacionados:

ITEM	LICITANTES VENCEDORES
01	AGÊNCIA ALVORADA DE AUTOMÓVEIS LTDA.
02	KARANGO VEÍCULOS LTDA.
03	SATÉLITE AUTOMÓVEIS LTDA.
04	ASSOCIAÇÃO DOS REVENDEDORES DE VEÍCULOS USADOS DE TAGUATINGA - ARVUT
08	AUTOCAR VEÍCULOS LTDA.
09	SOUSA AUTOMÓVEIS
10	AGÊNCIA DE AUTOMÓVEIS ESPERANÇA LTDA.
11	OPÇÃO AUTOMÓVEIS LTDA.
12	ALFA VEÍCULOS LTDA.
13	LACERDA REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
14	CHAVES AUTOMÓVEIS E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.
15	GLOBO AUTOMÓVEIS LTDA.
16	PEIXOTO VEÍCULOS LTDA.
17	TAGUATINGA VEÍCULOS LTDA.
18	ALÔ BRASÍLIA DE AUTOMÓVEIS IMÓVEIS LTDA.
19	RICARDO'S AUTOMÓVEIS LTDA.
22	COMÉRCIO DE VEÍCULOS YELLOW LTDA.
23	VALCAR VEÍCULOS LTDA.
24	ILCAR VEÍCULOS
29	BICALHO VEÍCULOS LTDA.
30	SÃO JOSÉ VEÍCULOS
31	BRASCAR VEÍCULOS LTDA.
32	COMERCIAUTO COMERCIAL AUTOMÓVEIS LTDA.
33	O MERCADO DO CAMINHÃO LTDA.
34	SÃO BERNARDO VEÍCULOS EQUIP. RODOV. E TRANSP. LTDA.
35	USE-CAR VEÍCULOS LTDA.
36	VERA AUTOMÓVEIS LTDA.
37	TATICO VEÍCULOS LTDA (CONCORDE VEÍCULOS)
38	BETO VEÍCULOS LTDA.
39	NOVOCAR VEÍCULOS LTDA.
40	AGÊNCIA CENTRAL AUTOMÓVEIS LTDA.
41	ROQUE ROQUE LTDA (ISMAEL VEÍCULOS)
42	MENDONÇA VEÍCULOS LTDA.
43	ITAPETI VEÍCULOS LTDA.
44	ESPLANADA VEÍCULOS LTDA.
45	SCORT-CAR VEÍCULOS LTDA.
46	SUCURY VEÍCULOS LTDA.
48	TRANSGOTIJO - COMÉRCIO DE VEÍCULOS E TRANSPORTE LTDA.
49	PARATY VEÍCULOS E TRANSPORTES LTDA.
50	BELCAR VEÍCULOS LTDA.
60	RODAS VEÍCULOS LTDA.
61	IDEAL AUTOMÓVEIS LTDA.
62	SILVA AUTOMOVEIS
63	SCALA VEÍCULOS LTDA.
64	RODÃO AUTOMÓVEIS E TRANSPORTE LTDA.
65	BEZERRA AUTOMÓVEIS LTDA.
66	COM. IND. DE PEÇAS E ACES. SERV. MEC. E COMP. VEN. DE VEIC (PUMA AUTOMÓVEIS)
67	ALÔ BRAUTO VEÍCULOS LTDA. (ALÔ BRASIL AUTOMÓVEIS)
68	CEVEL VEÍCULOS LTDA.
76	CENTROESTE COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
77	PEREIRA E QUEIROZ LTDA. (SANTA FÉ VEÍCULOS)
78	AGÊNCIA DE AUTOMÓVEIS TAGUASUL LTDA.
79	COUTO E COELHO LTDA.

Na oportunidade, CONVOCA os referidos Licitantes Vencedores a comparecerem, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da publicação deste, à Seção de Contratos da Divisão Jurídica, Sala 206, do Edifício sede da TERRACAP, Bloco "F", Setor de Áreas Isoladas Norte — SAI/N, no horário compreendido entre 14:30 e 16:30 horas, apresentando, no ato, a 5ª via da Proposta de Compra, a fim de efetuar o pagamento da entrada inicial, bem como assinar, no Cartório indicado, a Escritura de Compra e Venda com Pacto de Retrovenda, de conformidade com o tópico 20 do aludido Edital, exceto as Empresas impetrantes de Mandados de Segurança contra a TERRACAP, cuja formalização das respectivas vendas, ou não, somente ocorrerá após julgamento dos referidos mandados.

O não-atendimento as citadas exigências, dentro do prazo já estipulado, importará no desfazimento do negócio, de acordo com as normas do Edital.

Os licitantes não incluídos neste AVISO, deverão comparecer à Agência do Banco de Brasília S/A — BRB, onde efetuaram o depósito da caução, munidos da respectiva via do depósito, objetivando a sua devolução.

Brasília, 26 de fevereiro de 1986

ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA

Diretor Superintendente

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/86

A TERRACAP, através do Presidente da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 080/86-SUPER, de 24 de fevereiro de 1986, comunica que realizará no dia 07 de março de 1986, às 09:00 horas, TOMADA DE PREÇOS, para contratação de serviços de limpeza e conservação de próprios da Companhia.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na sala 111, 1° andar, do Edifício sede da TERRACAP. SAIN Bloco "F".

Brasília, 26 de fevereiro de 1986
MAURÍCIO LIMA CARDOSO
Comissão de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA – CEB
CGC. 00.070.698/0001-11
AVISO AOS ACIONISTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASILIA – CEB, avisa aos Senhores Acionistas que o capital Social da empresa, consoante proposta que será submetida à Assembléia Geral, deverá ser aumentado de Cr$ 511.500.000.000 (quinhentos e onze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), para Cr$ 542.500.000.000 (quinhentos e quarenta e dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), mediante a incorporação de créditos de capital pertencentes a atuais acionistas e registrados na contabilidade da Companhia. Em consequência, fica aberto aos acionistas, por 30 (trinta) dias, contados a partir da primeira publicação deste aviso, de acordo com o disposto no art. 171 da Lei n° 6.404/76, o direito de preferência de subscrição das novas ações, pelo preço de emissão proposto de Cr$ 310 (trezentos e dez cruzeiros), observada a proporcionalidade, hoje existente, entre o capital de cada um e o capital social da empresa, devendo os interessados dirigirem-se ao Departamento Econômico-Financeiro da CEB, no 2° andar de seu edifício-sede, situado no Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", lotes 106 e 136, nesta Capital, no horário de 09 às 12 e de 14 às 17 horas dos dias úteis.

Brasília, 26 de fevereiro de 1986
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Dias 27, 28 e 03)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIREÇÃO DE MATERIAL
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS – ATP

TOMADA DE PREÇOS N° 017/86-FEDF.

ABERTURA: 12.03.86

HORÁRIO: 09:00 horas

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO A DIESEL, COM BAÚ SIMPLES DE ALUMÍNIO.

N° DE ITENS: 01 (UM)

O respectivo edital encontra-se afixado no Edifício sede da Fundação Educacional do Distrito Federal – SGAN 607, Projeção "D" e as cópias poderão ser adquiridas no seguinte local: Núcleo de Compras da FEDF, no SGAN 607, Projeção "D", Sala 16 – Térreo, no horário de 08:00 às 11:30 e de 14:00 às 17:30 horas.

ADMÁRIO LUIZ DE ALMEIDA
Diretor de Material

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

TOMADA DE PREÇOS N° 018/86-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS-FIOS, PASSEIOS E PLANTIO DE GRAMAS, NA EQN – 208/408, ÁREAS ADJACENTES À CRECHE BEM-QUERER, EM BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE APROXIMADAMENTE Cr$ 536.371.000 (QUINHENTOS E TRINTA E SEIS MILHÕES, TREZENTOS E SETENTA E UM MIL CRUZEIROS), COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO N° 016/86 – EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO NO D.F.

Comunicamos às empresas inscritas no Registro Cadastral da NOVACAP, Grupo 3 – Subgrupo 3.2 – PAVIMENTAÇÃO – Categorias "A" ou "B", que a licitação em epígrafe será realizada às 10:00 horas do dia 07 de março de 1986, na Sala de Licitações da CPL, localizada no 1° andar do Bloco "A", do Conjunto Sede da NOVACAP, situado no Setor de Áreas Públicas, Lote "B".

O Edital encontra-se à disposição das interessadas, no endereço supra, ao preço de Cr$ 138.949 (cento e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e nove cruzeiros).

Brasília, 27 de fevereiro de 1986
ODINETE DA SILVEIRA SANT'ANA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO

EDITAL N° 018/86-CL/PMDF – TOMADA DE PREÇOS PARA REPAROS E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO. CLASSE: 9725

Data: 21.03.86 – Horário: 09:00 horas
Local: DAL/SAI/SO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionados, reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber Propostas de Preços para a Prestação de Serviços, objeto desta licitação.

Os interessados, serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico da PMDF situada no Setor de Áreas Isoladas Sudoeste (SAISO), anexo do QCG, 1° andar, no horário de 08:30 às 11:30 horas e das 14:30 às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira, exceto às quintas-feiras, que será no primeiro expediente, até o dia 18.03.86.

O valor deste Edital: 1/2 (meia) ORTN

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1986

ANTONIO FERNANDO DE OLIVEIRA BRANDÃO
Cel QOPM Presidente da Comissão de Licitações

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS – NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

TOMADA DE PREÇOS N° 019/86-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DO DEPÓSITO DE MATERIAL APREENDIDO E FECHAMENTO DA SUBESTAÇÃO, LOCALIZADOS NO PÁTIO INTERNO DA POLÍCIA CIVIL, EM BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE APROXIMADAMENTE Cr$ 413.270.000 (QUATROCENTOS E TREZE MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA MIL CRUZEIROS), COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO N° 122/85 – FIRMADO COM A SEP/NOVACAP, PUBLICADO NO DODF DE 29.11.85.

Comunicamos às empresas inscritas no Registro Cadastral da NOVACAP – Grupo 3 – Subgrupo 3.10 – EDIFICAÇÕES – Categorias "A", "B", "C" ou "D", que a licitação em epígrafe será realizada às 11:00 horas do dia 07 de março de 1986, na Sala de Licitações da CPL, localizada no 1° andar do Bloco "A" do Conjunto Sede da NOVACAP, situado no Setor de Áreas Públicas, Lote "B".

O Edital encontra-se à disposição das interessadas, no endereço supra, ao preço de Cr$ 138.949 (cento e trinta e oito mil, novecentos e quarenta e nove cruzeiros).

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 1986

ODINETE DA SILVEIRA SANT'ANA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA DATILOSCOPISTA POLICIAL
EDITAL N° 038/86-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no EDITAL n° 237/85-IDR, publicado no DODF n° 192, de 08.10.85 e o constante da v. Sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança – Processo n° 4.624/85 – impetrado por MARCOS FELIPE FERREIRA na 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, torna público o seguinte:

Fica declarada insubsistente a inscrição, no Concurso Público para Datiloscopista Policial, do candidato MARCOS FELIPE FERREIRA e nulos todos os direitos dela decorrentes, por ter sido denegado a segurança e cassados os efeitos da liminar anteriormente concedida nos autos do Mandado de Segurança – Processo n° 4.624/85.

Brasília, 26 de fevereiro de 1986

JÚNIA DE OLIVEIRA FERREIRA GONTIJO CÉSAR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO E INTERNO PARA PERITO CRIMINAL
EDITAL N° 039/86-IDR

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista o disposto no EDITAL n° 214/85-IDR, publicado no DODF n° 177, de 17.09.85 e o constante da v. Sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança – Processo n° 4.612/85 – impetrado por JOAQUIM PEDRO LOPES na 2ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, torna público o seguinte:

Fica declarada insubsistente a inscrição, no Concurso Público e Interno para Perito Criminal, do candidato JOAQUIM PEDRO LOPES e nulos todos os direitos dela decorrentes, por ter sido denegado a segurança e cassados os efeitos da liminar anteriormente concedida nos autos do Mandado de Segurança – Processo n° 4.612/85.

Brasília, 26 de fevereiro de 1986

JÚNIA DE OLIVEIRA FERREIRA GONTIJO CÉSAR

PREÇO DESTE EXEMPLAR Cr$ 1.500